



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VENÂNCIO MANUEL ABEL GOMES**

**OS CRESCENTES GOLPES DE ESTADO EM ÁFRICA, MUDANÇAS POLÍTICAS,  
ECONÔMICAS E SEUS IMPACTOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL.  
ESTUDO DE CASO: BURKINA FASO**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2025**

**VENÂNCIO MANUEL ABEL GOMES**

**OS CRESCENTES GOLPES DE ESTADO EM ÁFRICA, MUDANÇAS POLÍTICAS,  
ECONÔMICAS E SEUS IMPACTOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL.  
ESTUDO DE CASO: BURKINA FASO**

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2025**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da Unilab  
Catalogação de Publicação na Fonte

G618c

Gomes, Venâncio Manuel Abel.

Os crescentes golpes de Estado em África, mudanças políticas, econômicas e seus impactos no cenário internacional. Estudo de caso : Burkina Faso / Venâncio Manuel Abel Gomes. - 2025.

56 f. : il., mapas, color.

Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2025.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

1. Burkina Faso - História - Golpes de Estado, 2022. 2. Estabilidade política.  
3. África, Oeste - Relações exteriores. 4. Jihadismo. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 327.09662

**VENÂNCIO MANUEL ABEL GOMES**

**OS CRESCENTES GOLPES DE ESTADO EM ÁFRICA, MUDANÇAS POLÍTICAS,  
ECONÔMICAS E SEUS IMPACTOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL.  
ESTUDO DE CASO: BURKINA FASO**

Monografia apresentada ao curso de Relações Internacionais do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 03/12/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cinthia Regina Campos (Orientadora)**

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Lyra**

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Vitorino**

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho á três mulheres importantes que fizeram bem os seus papeis de mães e me conduziram, durante o meu trajeto todo, desde a infância até a maior idade, dedico este trabalho a Domiana Abel, por ter me gerado, garantir a minha educação tendo um papel importante para a construção de Venâncio Manuel Abel Gomes como um ser social, ético e moral, também dedico a Adelina Abel, por ser companheira e educadora, me direcionado e demonstrando amor. Seria extremamente errado esquecer de dedicar esse trabalho a Marinela Manuel Abel Gomes Sacutambula, minha irmã mais velha que abdicou de seus estudos para poder garantir que eu e os meus irmãos estudássemos, tendo que esquecer a vida académica e se dedicar ao mercado informal para que esse sonho de receber o diploma se tornasse uma realidade.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Autor da vida, o Ser Celestial que, antes mesmo de nos formarmos nos ventres de nossas mães, já nos conhecia. Agradeço também à minha ancestralidade, que preparou o caminho para que eu estivesse aqui hoje, sendo a energia vital que me concedeu sabedoria e forças para continuar a luta.

Expresso minha gratidão à coordenação do curso de Relações Internacionais, por ter nos desafiado ao longo da formação acadêmica. Um agradecimento especial à minha orientadora, Cinthia Regina Campos, que dedicou seu tempo para me auxiliar na construção desta monografia, demonstrando paciência e atenção até nos mínimos detalhes, para que eu alcançasse a excelência em minha formação.

Estendo meus agradecimentos às minhas fontes de inspiração: meus avós, Adelina Lurdes e Venâncio Rodrigues. Aos meus tios, José Nambi Lino e Adriano Rodrigues, que incansavelmente me ligavam para deixar palavras de conforto. Aos meus irmãos, Moisés Manuel Abel Gomes, Adelina Lurdes Manuel Abel Gomes, Nelson Domingos, Feliciano Luakuti, Domiana Luakuti, Carlos Ngolofi Lino, Daniel Adriano, Domingas Gomes, Jerónimo Armando Neto e ao meu cunhado Serafim Onésimo Sacutambula, que sempre estiveram presentes em minha caminhada.

Não poderia deixar de mencionar meus companheiros de trincheira: Gabriel Silivondela Guelengue, Anselmo Vieira Lopes, Moisés Bumba, Lourença da Piedade Bunga e Tomás Gomes, que se tornou o crítico analítico do meu trabalho. Também agradeço ao Ladio Benk's, Cota Bartó, Simão Capemba, Adilson Caputo e o meu professor de Música Marcos Kioto. Aos camaradas que a Academia Diplomática Venâncio de Moura me proporcionou, em especial à Creusa Gualdino, que foi uma muralha de apoio, e à Jocelma, grande motivadora que me lembrava de minhas responsabilidades mesmo nos momentos de cansaço.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Tuapandula, Matondo.

## RESUMO

O presente trabalho propõe uma análise dos sucessivos golpes de Estado ocorridos no continente africano, com foco nas transformações políticas e econômicas e seus reflexos no cenário internacional. Como estudo de caso, será abordado o golpe ocorrido em Burkina Faso, liderado por Ibrahim Traoré em 2022. O objetivo é compreender os fatores que desencadeiam esses eventos, bem como avaliar sua relevância política a partir das reações de organizações internacionais e das grandes potências mundiais, destacando o papel das forças armadas, dos grupos insurgentes jihadistas e das heranças coloniais francesas. A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, com o intuito de aprofundar o debate sobre o tema. Serão utilizados recursos como websites, revistas especializadas e livros acadêmicos para a construção da problematização. Além disso, será aplicada a técnica de *clipping*, visando a seleção e análise de notícias relevantes que contribuam para o entendimento do objeto de estudo.

**Palavras-chaves:** Burkina Faso - história - golpes de Estado, 2022; estabilidade política; África, Oeste - relações exteriores; jihadismo.

## ABSTRACT

This paper proposes an analysis of the successive coups d'état that have taken place on the African continent, focusing on political and economic transformations and their repercussions on the international scene. As a case study, we will address the coup that took place in Burkina Faso, led by Ibrahim Traoré in 2022. The objective is to understand the factors that trigger these events, as well as to assess their political relevance based on the reactions of international organizations and major world powers, highlighting the role of the armed forces, jihadist insurgent groups, and French colonial legacies. The research will adopt a qualitative approach, based on a literature review, with the aim of deepening the debate on the topic. Resources such as websites, specialized magazines, and academic books will be used to construct the problem statement. In addition, the clipping technique will be applied to select and analyse relevant news items that contribute to the understanding of the object of study.

**Keywords:** Burkina Faso - history - coups d'état, 2022; political stability; West Africa - foreign relations; jihadism.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AQMI** – Al-Qaeda no Magreb Islâmico

**CEDEAO** – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

**CNR** – Conselho Norueguês para os Refugiados

**HRW** – Human Rights Watch

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**GTI** – Índice de Terrorismo Global

**ISS** – Instituto de estudos de segurança

**IPC** – Percepção da corrupção como o Índice de Percepção da Corrupção

**MPSR** – Movimento Patriótico de Salvaguarda e Restauração

**MPP** – Movimento Popular para o Progresso

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PIB** – Produto Interno Bruto

**RFI** – Rádio Francesa Internacional

**UEMOA** – União Económica e Monetária do Oeste Africano

**UA** – União Africana

**V-dem** – Varieties of Democracy

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1 – CRESCENTES GOLPES DE ESTADO EM ÁFRICA NA REGIÃO DO SAHEL</b>	16
2.1	PANORAMA HISTÓRICO DOS GOLPES DE ESTADO NA ÁFRICA	16
2.2	CAUSAS POR TRÁS DOS GOLPES DE ESTADO	18
2.3	OS EVENTOS DO GOLPE DE ESTADO	23
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2 – O GOLPE DE ESTADO NO BURKINA FASO</b>	27
3.1	IMPACTOS DOS GOLPES DE ESTADO	27
3.2	MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NO BURKINA FASO PÓS GOLPE	28
3.3	REAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	35
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3 – IMPACTOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL</b>	39
4.1	SANÇÕES E MEDIDAS DIPLOMÁTICAS APLICADAS AO BURKINA FASO	39
4.2	IMPACTOS NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E NOS ACORDOS MULTILATERAIS	42
4.3	CONSEQUÊNCIAS PARA A IMAGEM E LEGITIMIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO BURQUINENSE	45
4.4	RECONFIGURAÇÃO DA GEOPOLÍTICA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL	46
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	49
	<b>REFERÊNCIAS</b>	51

## 1 INTRODUÇÃO

Os golpes de Estado constituem um fenômeno recorrente na história política africana, especialmente na região do Sahel, onde a instabilidade institucional, a fragilidade democrática e a presença de grupos insurgentes têm moldado o destino de diversos países. A África, marcada por processos de independência relativamente recentes, carrega consigo heranças coloniais que se refletem em estruturas políticas frágeis, economias dependentes e sociedades profundamente divididas. Nesse contexto, os golpes de Estado surgem como respostas imediatas a crises de governabilidade, mas também como instrumentos de disputa pelo poder, frequentemente legitimados por discursos de combate à corrupção, ao terrorismo e ao neocolonialismo (González, 2018; Nchama, 2024).

Entre 2021 e 2023, o continente africano vivenciou uma onda significativa de rupturas institucionais, contabilizando oito golpes de Estado, todos em países que outrora foram colônias francesas (Orrell, 2025). Esse dado revela não apenas a persistência de práticas autoritárias, mas também a emergência de um movimento político que busca se desvincular da influência externa, em especial da França, num processo que alguns autores denominam “segunda onda de descolonização” ou “desfrancização” (Suma; Caomique, 2024).

A linha do tempo criada pela BBC News (2018) demonstra como o caso de Burkina Faso é emblemático para compreender essa dinâmica. Desde sua independência em 1960, o país acumulou uma sucessão de golpes que evidenciam a centralidade das forças armadas na política nacional, tendo também uma constante tentativa de regresso a democracia. A deposição de Maurice Yaméogo, apenas seis anos após a independência, inaugurou um ciclo de instabilidade que se perpetuou ao longo das décadas, com líderes como Thomas Sankara e Blaise Compaoré ascendendo e caindo em meio a disputas militares.

Mais recentemente, em 2022, o tenente-coronel Ibrahim Traoré assumiu o poder após destituir Paul-Henri Damiba, que por sua vez havia deposto Roch Kaboré meses antes (Reuters, 2022; G1, 2022). Dois golpes em menos de um ano revelam não apenas a fragilidade das instituições burquinenses, mas também a incapacidade dos governos civis e militares de responder às demandas sociais e às ameaças insurgentes. Segundo o G1 (2016), “homens armados invadiram o Hotel Splendid e o restaurante Cappuccino, locais frequentados por estrangeiros. O número de mortos confirmados chegou a 29 pessoas, incluindo cidadãos de diferentes nacionalidades, o atentado foi reivindicado pela Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI)”.

O ataque foi considerado um dos mais graves já registrados em Burkina Faso até então, marcando a expansão da violência jihadista para além das áreas rurais e atingindo diretamente a capital. Esse evento reforçou a percepção de que Burkina Faso havia se tornado alvo direto da insurgência jihadista, iniciada em 2015 com ataques no norte do país, e que a insegurança estava se espalhando rapidamente. Estes ataques terroristas, provocaram milhares de mortes e milhões de deslocados internos, tornando o país um dos mais afetados pela violência extremista na África Subsaariana. A insurgência, inicialmente um remorque da guerra civil do Mali em 2012, cresceu em alcance e intensidade, com grupos como a Jama'at Nusrat al-Islam wal Muslimeen (JNIM), o Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS) e o Ansaroul Islam local explorando queixas locais, tensões étnicas e governança fraca (African Security Analysis, 2025).

A atuação desses grupos fragilizou a legitimidade do Estado e abriu espaço para intervenções militares que se apresentam como soluções emergenciais, mas que, na prática, perpetuam o ciclo de instabilidade. No plano internacional, os golpes em Burkina Faso suscitaram reações diversas. Organizações regionais como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) impuseram sanções e suspensões, enquanto potências globais como França, Estados Unidos e Rússia disputam influência sobre o novo governo (Clarín de Colombia, 2023). Como apresentado pela DW 2023, a retirada das tropas francesas, exigida pela população e pelo governo de transição, simboliza uma ruptura histórica nas relações bilaterais e abre espaço para a entrada de novos atores. Esse reposicionamento geopolítico evidencia como os golpes de Estado não se limitam ao âmbito doméstico, mas reverberam no cenário internacional, reconfigurando alianças e redefinindo os rumos da cooperação multilateral.

Diante desse contexto, este trabalho propõe uma análise crítica dos sucessivos golpes de Estado na África, com ênfase no caso de Burkina Faso. A pesquisa busca compreender os fatores que desencadeiam tais eventos, explorando dimensões políticas, econômicas, sociais e religiosas, bem como avaliar suas implicações para a estabilidade regional e para a imagem internacional do país. A escolha desta temática se justifica pela sua importância na análise de estudos de conflitos e golpes de estados na África, e os desafios para combater a instabilidade política no continente, a pesquisa também visa analisar os impactos causados pelos golpes, quer sejam políticos ou econômicos. Esse fenômeno está longe de ser um mero reflexo de instabilidade interna, revela profundas transformações políticas, sociais e econômicas que impactam não apenas os países diretamente envolvidos, mas também o equilíbrio geopolítico internacional. O caso do Burkina Faso, com o golpe liderado por Ibrahim Traoré em 2022,

representa um marco emblemático dessa nova onda de rupturas institucionais, marcada por discursos nacionalistas, rejeição à influência ocidental e promessas de segurança frente ao avanço do extremismo violento.

A escolha de Burkina Faso como estudo de caso se dá pela complexidade de seu cenário político recente, que inclui dois golpes de Estado em menos de um ano e a crescente presença de grupos armados jihadistas. A ascensão de Traoré, o mais jovem líder africano em exercício, simboliza uma mudança geracional e ideológica que merece ser compreendida em profundidade. Além disso, os desdobramentos desses eventos transcendem as fronteiras nacionais, afetando diretamente políticas de segurança regional, estratégias de cooperação internacional, fluxos migratórios e a atuação de potências globais na África. Compreender as causas e consequências desses golpes é, portanto, essencial para analisar os desafios contemporâneos da governança democrática, da soberania nacional e da ordem internacional.

Dessa forma, esta pesquisa busca contribuir para o debate acadêmico e político sobre os rumos da democracia, segurança e estabilidade política no continente africano, oferecendo uma análise crítica e contextualizada do caso burquinense, com vistas a identificar padrões, motivações e possíveis caminhos para a estabilidade e o desenvolvimento sustentável na região. Desta feita importa trazer em destaque o **problema de pesquisa**: Quais são os eventos que levaram ao golpe de Estado?

O problema de pesquisa traz consigo as seguintes hipóteses: A instabilidade política que teria culminado em um golpe de Estado em Burkina Faso poderia ter sido agravada pela incapacidade do governo de conter a insurgência islâmica e pela insatisfação popular com a gestão da segurança nacional. Eventos políticos e sociais recorrentes, como protestos civis, repressão militar e falhas institucionais, poderiam ter contribuído para o fortalecimento de movimentos insurgentes no país. Nesse cenário, o golpe de Estado poderia ter gerado impactos significativos na estrutura política, no bem-estar social e na economia de Burkina Faso, provocando reações divergentes entre organismos internacionais, que poderiam variar entre condenações diplomáticas e suspensão de cooperação. Desta feita a pesquisa tem os seguintes objetivos:

### **Objetivo Geral**

Compreender os eventos que levaram ao golpe de Estado em Burkina Faso, analisando a gênese da instabilidade política e seus desdobramentos no governo.

### **Objetivos Específicos**

Identificar e analisar os eventos políticos e sociais que contribuíram para as insurgências e para a instabilidade no Estado de Burkina Faso. Examinando os impactos políticos, sociais e econômicos decorrentes do golpe de Estado no país.

1. Avaliar as reações de organismos internacionais frente ao golpe, considerando suas posições diplomáticas, medidas adotadas e repercussões no cenário internacional.
2. Analisar criticamente as respostas das principais potências mundiais, observando seus posicionamentos geopolíticos, interesses estratégicos no Sahel e ações de sanção ou cooperação relacionadas ao golpe de Estado em Burkina Faso.

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com foco na interpretação de fenômenos políticos e sociais relacionados aos golpes de Estado no continente africano, em especial o caso de Burkina Faso. Esse tipo de abordagem é adequado para estudos que buscam compreender significados, processos históricos e relações de poder em contextos de instabilidade, conforme destacado por Minayo (2001).

A investigação fundamenta-se principalmente em pesquisa bibliográfica, por meio da consulta a livros, artigos científicos, relatórios institucionais, documentos e produções acadêmicas que tratam de temas como golpes de Estado em África, insurgência jihadista no Sahel, governança, instabilidade política e relações internacionais. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite construir a base teórica e identificar lacunas analíticas sobre o tema.

Além disso, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), aplicada a discursos públicos, comunicados oficiais, reportagens jornalísticas, declarações de organismos internacionais e falas dos líderes envolvidos nos eventos políticos do Burkina Faso. Essa técnica possibilitou identificar padrões discursivos, justificativas apresentadas para os golpes, bem como a construção de narrativas políticas em torno da segurança, soberania e combate ao terrorismo.

Como complemento, empregou-se a técnica de clipping, com o intuito de selecionar, organizar e analisar notícias nacionais e internacionais relativas aos golpes de 2022 no Burkina Faso, à presença de grupos jihadistas no Sahel e às reações de organizações internacionais como ONU, CEDEAO e União Africana. Conforme Oliveira e Hill Esheim (2021), o clipping é útil para monitorar a repercussão midiática de eventos políticos e compreender a construção pública de determinados acontecimentos.

A coleta de dados incluiu:

- publicações acadêmicas e relatórios analíticos;

- reportagens de imprensa;
- documentos institucionais da ONU, Cooperação Regional, União Africana, V-Dem, ISS e World Bank Group;
- comunicados oficiais de governos e de organismos internacionais.

Não foram realizadas entrevistas, questionários ou pesquisas de campo, uma vez que o estudo se desenvolveu exclusivamente a partir de fontes secundárias disponíveis em meio digital e bibliográfico.

A análise dos dados seguiu um processo interpretativo, buscando relacionar os eventos políticos aos marcos teóricos sobre golpes de Estado, instabilidade institucional, governança militar, neocolonialismo francês e crise de segurança no Sahel.

## 2 CAPÍTULO 1 – CRESCENTES GOLPES DE ESTADO EM ÁFRICA NA REGIÃO DO SAHEL

### 2.1 PANORAMA HISTÓRICO DOS GOLPES DE ESTADO NA ÁFRICA

A África é um continente rotulado como terra de conflitos, sendo eles civil ou disputas territoriais, no ano de 2021 a África viu-se diante de uma situação de mudanças que iniciou com o golpe de estado no Chade, de 2021 a 2023 foram no seu todo oito golpe de Estados, sendo o último no Gabão, zona abaixo da região do Sahel, os golpes ocorreram na região, de ex-colônias francesas e todos foram efetuados por militares. A região do Sahel é conhecida a nível internacional como uma zona conturbada tendo uma forte presença de grupos insurgentes Jihadistas (Muçulmanos radicais). O Sahel está localizado logo ao sul do Deserto do Saara, em uma faixa que atravessa o continente africano de leste a oeste e inclui partes de 10 países: Burkina Faso, Mali, Níger, Camarões, Guiné, Gâmbia, Senegal, Nigéria, Chade e Mauritânia. (Harriet Orrell 2025 *apud* GTI). A região do Sahel é caracterizada por regimes autoritários.

**Figura 1** – Mapa da Região do Sahel



Fonte: BBC News Brasil<sup>1</sup>

Os conflitos que geram golpes em África advêm de diversas situações, porém independentemente das situações muitos deles acabam gerando instabilidade política. De acordo

<sup>1</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2x0jj21djo>

com González (2018) ao analisarmos esses conflitos precisamos entender as seguintes variáveis: Golpes de Estado, conflitos eleitorais; processos eleitorais; conflito armado de carácter étnico, conflito étnico-raciais; fronteira e seccionista; terrorismo; conflitos armados, presença militar estrangeira, manifestações antigoverno, deterioração da situação socioeconômica, instabilidade político social, fenômeno da corrupção, etc.

Os grupos insurgentes na região do Sahel têm sido autores importantes para influenciarem a mudança política/ social, assim como também os militares, que têm sido parte da mudança dos governos. Os insurgentes tentam se sobrepor aos governos e os militares derrubaram os governos, o que têm gerado caos na região, muitos dos eventos desta região são entendidos como terrorismo, quer pelas entidades locais bem como as entidades internacionais. Segundo o GTI (Índice de Terrorismo **Global**) Na África Subsaariana, o Sahel é a região mais afetada, sendo responsável por quase metade de todas as mortes por terrorismo e 26% dos ataques em 2023, ao passo que 68% das mortes no Burkina Faso foram causadas pelo terrorismo. A resolução ou entendimento de conflitos perpassa por vários caminhos, os atores políticos envolvidos são determinados pela importância ou relevância no conflito. González (2018) argumenta que os atores políticos são determinados pela relevância partidária e pelos níveis de incidência no desenvolvimento de uma crise ou conflito interno.

Os insurgentes têm impactado a vida política/social no Sahel, esses grupos defendem ideologias religiosas e políticas. Segundo Nchama (2024) Os resultados indicam que a frequência dos golpes de estado nestes países está intrinsecamente ligada à instabilidade política, fraquezas institucionais, disputas por recursos e descontentamento social. Ou ainda como apresentado por Suma e Caomique (2024), outros países em África justificaram suas ações invocando o combate ao neocolonialismo francês, a incapacidade do regime deposto de combater o terrorismo, a corrupção e a personificação das instituições do Estado.

Os golpes de Estados podem possuir características bélicas ou institucionais. Países como Chade enfrentaram golpes de Estado institucional, criando um conselho de transição feito por Mahamat Idriss Déby que serviu como caminho para a consolidação do golpe, ao colocar o filho do antigo presidente como então presidente do conselho dando-lhe quase todos os poderes como apresentado pela DW (2021). Esta passagem de poder de pai para filho traz consigo a rejeição de opositores de seu pai que alegam que Chade não é uma monarquia, ameaçando depor Mahamat Idriss Déby.

No Mali o golpe justifica-se pela não resolução dos problemas econômicos e corrupção, apesar dos países do Sahel serem potencialmente ricos eles não têm estabilidade financeira, a corrupção enfraquece cada vez mais as economias desses países. O Mali é um país que já tem

um histórico de golpe, sendo os dois últimos aplicados em nove meses causando assim sua suspensão da CEDEAO. No ano de 2020 Ibrahim Boubacar Keita foi deposto por má gestão, corrupção e incapacidade de lidar com a violência interna, colocando

Bah N´daw no poder, em 2021 Bah N´daw é deposto por motivos semelhantes e por nomear **um** novo governo de transição sem consultar os militares causando revolta do mesmo, a mesma frente militar que derrubou Keita em 2022 foi a que derrubou Bah N´daw em 2021. O golpe de 2021 coloca Assimi Goitá como líder da nação. De acordo com Carlos Júnior (2024), o golpe ocorrido em 2020 representou uma mudança na cadeia de comando do país, enquanto o de 2021 apenas substituiu lideranças já presentes no poder, sem alterar de fato a estrutura dominante.

Ao olharmos para os golpes de Estado em África notamos claramente uma forte presença militar, o que deixa em evidência uma centralidade de poder nas forças armadas, demonstrando a comunidade castrense como sendo um elemento de relevância para mudar a estrutura política de um país, o que pode balançar as estruturas da democracia e estabilidade social. No caso do Burkina Faso podemos perceber que antes do golpe aplicado por Traoré, os seus dois antecessores usaram da mesma justificativa para aplicar os golpes, Burkina Faso é um país que tem o golpe de estado desde a sua gênese. A independência em 05 de agosto de 1960, garantiu a liberdade do país escolher seus novos líderes, porém a renúncia de seu primeiro presidente Maurice Yameogo seis anos depois da independência, sendo substituído por Sangoule Lamizana, Lamizana foi derrubado por Jean Baptiste Ouedraogo, que foi derrubado pela frente radical de Thomas Sankara, Sankara que derrubado por Blaise Compaoré. Deixa em evidência que desde a gênese do Burkina Faso há uma tendência a golpes, o que tem deixado o país na mão dos militares, controlando a maior parte das instituições, o Burkina Faso tem na sua história de governação vários militares, como é o caso do atual presidente.

## 2.2 CAUSAS POR TRÁS DOS GOLPES DE ESTADO

Em muitos países de África a política sempre foi militarizada, pois muitos países obtiveram suas independências por meio de lutas de libertação, usando a junta militar como base política para se alcançar o objetivo de ser independente. A tomada do poder político pelos militares, independentemente dos métodos adotados, representa uma rejeição da autoridade civil (Gutteridge, 1985 *apud* Bolarinwa, 2023. p. 10). Quando a conjuntura militar toma o poder, está negando a legitimidade dos governos, contestando se é a vontade civil ou não, essa intervenção militar na política gera insatisfação ou desconfiança em relação aos líderes civis,

seja pela sua capacidade de governar, corrupção ou outros fatores. Por um lado, a intervenção militar pode ser entendida como atentado à democracia, rejeitando a vontade manifesta do povo.

Em países que conquistaram a independência por meio de lutas armadas contra o domínio colonial, a força militar utilizada na guerra não se separou muito do aparato político e administrativo do Estado após a independência (Suma; Caomique, 2024, p. 84), por causa desse evento os militares gozam de diversas prerrogativas e interferem na política dos países, parecendo ser uma dívida eterna a classe militar, em África muitos países optam por reservar uma parte do orçamento geral do estado aos militares, com valores exacerbados. Esse valor exacerbado para a ala militar pode ser entendido como uma maneira de comprar a fidelidade dos mesmos e evitar a sua intervenção na política do país por meio do golpe. A presença militar na política não é de seu todo má, "Esse entendimento contrasta a visão de Jonatthan Powell et al. (2019 *apud* Suma; Caomique, 2023, p. 84) que acreditam que, em certos casos, a intervenção dos militares na política pode ser um passo crucial para a transição democrática em regimes autoritários. A classe militar pode servir como meio eficaz do estabelecimento da democracia, pressionando ou retirando os governantes ditadores, buscando estabelecer a vontade do povo e estabelecer a justiça social.

Os golpes de Estado advêm de variados motivos, porém o seu epicentro é o ápice da insatisfação de um governo vigente, a época de 2021 a 2023 tem sido simbólica para África em particular a região do Sahel, pois teve um crescente número de golpes. Suma e Caomique (2024) analisam que os golpes em África se baseiam nas seguintes justificativas:

1. Combate ao neocolonialismo francês;
2. Incapacidade do regime deposto de combater o terrorismo;
3. Corrupção;
4. Personificação das instituições do Estado.

Os últimos golpes de Estado em África foram feitos em ex-colônias francesas, os estados têm demonstrado cada vez mais a vontade de se afastar da França e se desfazer das amarras coloniais. Esse processo de combate e afastamento da França Suma e Caomique chamaram de “Segunda Onda de Descolonização ou Desfrancização” é entendida como um movimento em direção ao fim da subserviência dos mesmos para com a França e à orientação das suas estratégias de cooperação. (Suma; Caomique, 2024, p. 84).

A desfrancização é marcada pelo corte das relações diplomáticas entre os países da África da Ocidental e a França, incluindo a retirada a curto prazo das forças armadas francesas nos solos da região do Sahel. Segundo DW (2023), o Burkina Faso solicitou a saída das tropas francesas do seu território dando o prazo de um mês, demonstrando assim o encerramento da

relação política e militar entre ambos. Ainda na mesma senda, Mali também adotou a medida de convidar as forças militares francesas a se retirarem de seu território, essas ações se devem ao fato da França contestarem as novas autoridades que assumiram o poder por meio do golpe de Estado.

Em muitos países africanos o fim da colonização não significou uma independência total, Suma e Caomique (2024), apresentam o golpe de Estado como o ato de resgate da soberania nacional e de combate à dominação estrangeira. Esse ato não liberta o país simplesmente de um sistema ditador nacional, mas também pode ser a porta para se libertar das influências externas e quebrar o neocolonialismo. Em África e em particular em territórios de colônias francesas nota-se artimanhas de perpetuação do poder colonial como: Como acesso a recursos naturais, oficialização da língua do colonizador como língua nacional, ou como em muitos países francófonos em África o controle da política monetária através do Franco CFA.

Atualmente a forte presença colonial dominadora disfarçada de cooperação mantém o foco na exploração das antigas colônias visando uma relação de vantagens unilaterais do qual vulnerabiliza a antiga colônia ao passo que favorece colonizador, as amarras coloniais são políticas, acordos comerciais desfavoráveis, dependência por dívidas, exploração de recursos naturais em termos muito vantajosos ao investidor estrangeiro, intervenções políticas e acordos militares, a dominação é também essencialmente econômicas, esses elementos beliscam a soberania das ex-colônias fragilizando-as, o que perpetua a zona de influência dos colonizadores mantendo as diretrizes das relações como no passado, porém com as vestes de cooperação.

Estes aspectos não diferem em nenhum momento dos acordos coloniais franco-africano que estabelecem políticas monetárias que condenam os países francófonos africanos à dependência francesa. Xaavier e Zahreddine (2023), demonstram que a estrutura da relação monetária entre a França e países africanos é arcaica e perpetua um sistema de subserviência, em que os países africanos francófonos não tenham independência no aspecto monetário, o que afeta também a soberania estatal, a relação baseada no controle da administração francesa, garante que a governança da política monetária permanece assíncrona e incompleta, pois é dirigida diretamente pelo governo francês. Apesar das independências políticas, essas regras operacionais continuaram a restringir a soberania econômica dos Estados membros, configurando um mecanismo frequentemente interpretado como neocolonial. (Xavier; Zahreddine, 2023, p. 76)

O afastamento de suas ex-colônias reduz a influência da França na África, não só a França bem como a Europa tem ficado cada vez mais distante dos novos líderes africanos, que

enxergam o afastamento como uma maneira de recuperar a sua autonomia e firmar sua independência total. No cenário internacional os países precisam se relacionar, o afastamento da França permitiu que a Rússia penetrasse na região do Sahel ficando cada vez mais próximo dos novos líderes. Segundo o Futuro (2024), a Rússia e Burkina Faso estreitaram laços de cooperação econômica e militar.

Dentre outros motivos encontramos a incapacidade do regime deposto de combater o terrorismo, como é o caso do Burkina Faso. Os golpes são motivados por problemas internos inerentes à estabilidade política do país, o que afeta a capacidade de resolução de problemas internos e externos de um determinado Estado. Os resultados indicam que a frequência dos golpes de estado nestes países está intrinsecamente ligada à instabilidade política, fraquezas institucionais, disputas por recursos e descontentamento social (Nchama, 2024, p. 5).

Os países africanos estão sob gestão semelhantes compostas por instituições fragilizadas, democracias embrionárias, governos autoritários e população insatisfeita. Esta combinação se resume em um estado totalmente fragilizado e incapaz de resolver as problemáticas sociais, o que pode resultar em golpes. Quando um Estado não consegue resolver o problema de instabilidade social a partir das instituições democráticas, faz com que a camada militar intervenha buscando dar uma solução. Segundo Nchama (2025) Em Burkina Faso, a insatisfação com a gestão de ameaças externas e internas tem precipitado intervenções militares. Essas intervenções militares resultam em golpes de Estados por se considerar um órgão capaz de manter a ordem e a tranquilidade estatal.

A comunidade castrense pode ser compreendida como braço de autoridade podendo ser usada para garantir o fim de regimes autoritários e estabelecer a tranquilidade, do outro lado podem perpetuá-los e reprimir a população. A debilidade de proporcionar justiça social e estabilidade social também garante o surgimento de atores subversivos como os grupos terroristas, que usam do seu fundamentalismo religioso para impor a sua visão de mundo por meio da violência, porém precisamos compreender que os terroristas também têm um papel político.

Segundo Campos (2020) o terrorismo tem o objetivo de desestabilizar estruturas políticas e sociais. Suas causas estão relacionadas a desigualdades sociais, econômicas e culturais, muitas vezes alimentadas por exclusão social e tensões étnicas. Com objetivos como desestabilizar governos, disseminar ideologias e mobilizar seguidores. O caos gerado pelo terrorismo dificulta a atuação do governo, neste sentido o governo deve se desdobrar de tal maneira que consiga reprimir o terrorismo, a incapacidade do Estado de combater o mesmo o deixa fragilizado demonstrando um terreno fértil para golpes. No Burkina Faso os dois

últimos golpes advêm da camada militar, ambos com as mesmas justificativas, o que nos demonstra que há um claro problema de gestão e resolução de conflitos internos no país.

Como apresentado por González (2018) a etnicidade constitui um problema capaz de gerar conflitos, e propiciar uma instabilidade política. No caso do Mali a etnicidade é um elemento crucial para que se gere instabilidade. Em Mali, os golpes são frequentemente motivados por tensões étnicas e falhas na segurança nacional (Nchama, 2024, p. 5).

Ainda podemos categorizar a corrupção como um elemento que gera instabilidade, a corrupção escancara a fragilidade das instituições políticas, deixando em evidência a falta de justiça e controle. Essa instabilidade é exacerbada por heranças coloniais que impuseram fronteiras artificiais e sistemas políticos inadequados, levando a uma falta de coesão nacional e disputas internas prolongadas (Nchama, 2024, p. 8). África é conhecida pelos seus governos corruptos que geram instabilidade social, porém no Burkina Faso a taxa de percepção de corrupção é de 41 pontos em uma escala de 100 pontos, sendo o seu pico de percepção de corrupção o ano de 2016 com 42.

O Índice de Percepção de Corrupção classifica países e territórios com base na percepção de quão corrupto é o seu setor público Trading economic (2024). Em uma escala de 0 a 100 que mensura a percepção da corrupção como o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparency International o Burkina Faso não se posiciona na média global, tampouco pode ser classificado como um Estado com baixos níveis de corrupção. A persistência de práticas corruptas, ainda que não sistemáticas, contribui para a fragilização das estruturas administrativas, dificultando a implementação de políticas públicas, a prestação de serviços essenciais e o fortalecimento do Estado de Direito.

Além disso, a insuficiência de mecanismos de controle, a baixa transparência governamental e a limitada responsabilização de agentes públicos configuram um ambiente propício à ineficiência burocrática e à erosão da confiança social nas instituições. Tais fatores podem ser interpretados como condicionantes estruturais que explicam as debilidades operacionais do aparato estatal burquinense. De acordo com Schütz & González (2023), os Estados politicamente fracos, recém-independentes e pouco institucionalizados são mais propensos à instabilidade e guerras internas. Isto acontece porque os Estados podem ter baixo enraizamento governamental, na sociedade, nas instituições, na burocracia, no aparato estatal. Isso torna difícil para o Estado impor sua autoridade em todo o território, especialmente em regiões periféricas ou pouco integradas.

As disputas internas são causadas pela necessidade de controlar recursos, a corrida frenética pelo acesso e uso dos recursos gera tensões nas políticas internas e estimula a

corrupção. O acesso aos recursos traz consigo o movimento não só a política interna bem, como desperta outros organismos internacionais. Nesse sentido, Schütz e González (2023) destacam que, em Estados politicamente fracos e pouco institucionalizados, a competição por recursos ocorre em um ambiente onde as instituições não conseguem canalizar de forma estável a participação e as demandas sociais; com isso, a disputa material se transforma rapidamente em instabilidade política.

Ao retomarem a leitura de Huntington ([1968] 1997), os autores argumentam que, quando o nível de participação impulsionado justamente pelos interesses econômicos sobre recursos superam o nível de institucionalização, cria-se um cenário propício a conflitos internos e à intervenção de atores externos, incluindo organismos internacionais que passam a atuar motivados pelas implicações geopolíticas e econômicas da crise.

Outrossim deve se olhar para a personificação das instituições do Estado como um assunto a ser debatido em África. No continente africano muitas das funções institucionais recaem sobre a figura do presidente, primeiro ministro e ministros, limitando as ações das instituições garantindo um fraco posicionamento das mesmas. Por tanto é necessário se fazer uma distinção entre o Estado e os governantes.

### 2.3 OS EVENTOS DO GOLPE DE ESTADO

Burkina Faso é um país que desde os seus primeiros anos de independência mergulhou em um ambiente de insegurança que de certa maneira foi motivado por inúmeros golpes, porém o fato de ter acontecido dois golpes em menos de um ano constitui um fato histórico.

Os recorrentes golpes podem demonstrar falta de segurança, ou falta de aprovação do governo por parte de duas camadas da sociedade, a sociedade civil ou o grupo militar que há no país, e o não funcionamento das instituições estatais, já que o grupo promotor do golpe demonstra a sua insatisfação à antiga governação, pois entende-se que a governação anterior não conseguiu gerar estabilidade e sentimento de segurança por parte do cidadão burquinabês.

Antes da chegada de Traoré, Damiba estava depondo Roch Kaboré com o Movimento Patriótico de Salvaguarda e Restauração (MPSR), em um evento que teve apoio até de

simpatizantes do Movimento Popular para o Progresso (MPP), que era o partido de Kaboré (Tiéné, 2022). A insatisfação popular também está na base do golpe contra Roch Kaboré, segundo Tiéné (2022), apoiantes de Kaboré afirmavam que ele não cumpriu nem 80% do que ele prometeu e estavam fartos, por isso apoiavam o golpe. Outros ainda afirmavam que as restrições às liberdades eram demais. Dentre os motivos se encontram ainda a insurgência islâmica, que

não é uma preocupação exclusiva do Burkina Faso, mas sim uma preocupação regional que se constitui um problema para a paz, segurança e estabilidade dos países do Sahel.

Apesar dos golpes de Estado, o país não conta com o registro de guerras civis, tem o seu indicador zero de 1968 a 2006 (V-dem varieties of democracy, global standard knowledge). Destarte o golpe vem da camada militar que tem acesso a materiais bélicos e informações privilegiadas. Os conflitos internos no Burkina Faso advêm da camada islâmica radical, que desrespeita de maneira direta os princípios constitucionais do Burkina Faso que apela pela liberdade religiosa. O grupo fundamentalista religioso usa do terror para atingir objetivos políticos e religiosos.

Segundo o world meter Burkina Faso tem uma população de 24.074.580, e dividem-se da seguinte maneira quanto as crenças:

**Quadro 1**

Classificação	Sistema de crença	Quota da População no Burkina Faso
1	Islão	61.1%
2	Cristianismo Católico Romano	19.0%
3	Religiões Africanas Tradicionais e / ou Crenças Folclóricas	11.3%
4	Cristianismo Protestante	5.5%
5	Ateísmo ou agnosticismo	1.0%
6	Outras crenças	2.1%

Fonte: Repley believes, 2025.<sup>2</sup>

Com a maioria islâmica nota-se um radicalismo religioso extremamente perigoso, esta maioria muçulmana não aceita a minoria cristã e têm desencadeado ataques aos mesmo, Segundo o V-dem 2025 a taxa de repressão de organizações religiosa é de 0.9, o que demonstra uma repressão de organização religiosa muito violenta, justificando o elevado número de mortes cristãs por elementos muçulmanos radicais, ao comparar com os Estados a taxa é de 2.19, demonstrando uma pressão moderada. O índice de 0.9 do Burkina Faso indica repressão intensa às organizações religiosas, podendo envolver restrições legais à prática religiosa, perseguição a líderes religiosos, violência contra comunidades religiosas. O ambiente hostil no Burkina Faso para as religiões reflete os ataques violentos, que advém de um extremismo religioso, como ações de grupos jihadistas contra cristãos. (Varieties of Democracy, 2025)

Quanto à questão da liberdade religiosa, o Burkina Faso tem o índice 1.07 (V-dem 2025), o que representa que a liberdade religiosa é fracamente respeitada pelas autoridades

<sup>2</sup> <https://pt.ripleybelieves.com/religious-beliefs-in-burkina-faso-3066>

públicas. Existem alguns elementos de práticas religiosas organizadas de forma autônoma e são oficialmente reconhecidas. Mas comunidades religiosas significativas são reprimidas, proibidas ou sistematicamente incapacitadas, as conversões voluntárias são restritas e são comuns os casos de discriminação ou intimidação de indivíduos ou grupos devido à sua religião. No caso do Burkina Faso a repressão religiosa não advém da governação, mas sim de um outro grupo religioso dotado de fundamentalismo religioso que reprime outros cidadãos que professam uma fé diferente. (Varieties of Democracy, 2025)

Com a insurgência islâmica jihadista o país mergulhou em uma onda de ataques, com grupos ligados ao Al-Qaeda e ao Estado Islâmico, sendo a área mais afetada o norte do país, causando milhares de mortes e milhões de deslocados. Os ataques tomaram maiores proporções em 2012 durante as guerras do Mali onde Burkina Faso atuou como mediador, atraindo para si os extremistas islâmicos, o que provocou o seu primeiro ataque significativo em 23 de agosto de 2015 no posto de Oursi, apesar deste evento já ter chamado a atenção a maior preocupação vem com a chegada dos grupos radicais na Capital, com o ataque terrorista no dia 15 de 2016 fazendo 30 mortos. Em janeiro de 2022, Damiba justificava o golpe a Kaboré alegando incapacidade de lidar com o Jihadismo, porém em setembro do mesmo ano Damiba era deposto sob justificativa de não conseguir lidar com as insurgências islâmica, falha na segurança e aproximação com a França.

Segundo Damiba havia traído os ideais da junta militar e priorizado “aventuras políticas” em vez da segurança nacional. Nota-se uma certa aprovação de Traoré do golpe aplicado por Damiba, na consolidação do golpe de 28 de setembro 2022, o oficial Kiswensida Farouk Aziz Sorgho fez a seguinte afirmação:

Infelizmente, nosso ideal comum foi traído pelo nosso líder tenente-coronel Paul-Henri Sandaogo Damiba em quem depositamos toda a nossa confiança. Com efeito, a deterioração da situação de segurança que justificou nossa ação foi relegada a segundo plano em favor de infelizes aventuras políticas" (Reuters, 2022).

A presente declaração de que o grupo militar apoiou o golpe em primeira instância, porém notou-se um afastamento dos ideais, o que motivou o segundo golpe. Damiba demonstrou se corromper com a sua chegada ao poder, não garantiu a segurança estatal. Segundo G1 (2022)<sup>3</sup>, Damiba rejeitou as propostas dos oficiais para reorganizar o exército e manteve a estrutura militar que levou à queda do regime anterior. Estas ações motivaram assim o segundo golpe dissolvendo o governo. A constituição burquinense foi suspensa e a carta de

---

<sup>3</sup> <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/09/30/burkina-faso-sofre-segundo-golpe-militar-em-oito-meses.ghtml>

transição dissolvida, as fronteiras estão fechadas indefinidamente e todas as atividades políticas e da sociedade civil estão suspensas. Foi declarado um toque de recolher das 21:00 às 05:00, horário local. Essas ações demonstram as primeiras medidas de controle usadas pelo novo governo de Ibrahim Traoré, buscando controlar o caos.

## 3 CAPÍTULO 2 – O GOLPE DE ESTADO NO BURKINA FASO

### 3.1 IMPACTOS DOS GOLPES DE ESTADO

Golpes de Estado são eventos que acarretam consigo grandes impactos, que afetam a vida política e social de uma determinada nação, mudando de maneira brusca as estruturas sociais, afetando a economia, política, direitos civis e até mesmo a maneira como um Estado é visto no cenário internacional ou como ele se vai posicionar, a nível doméstico, regional e internacional.

Primeiramente, os golpes de Estado não acontecem no vácuo; são manifestações que emergem em contextos políticos, sociais, econômicos e geopolíticos específicos (Suma, Caomique, 2024 p. 89). O golpe emerge como resposta, ou seja, é uma alternativa para mudar um determinado paradigma que não seja satisfatório. Segundo Suma e Caomique (2024), os golpes são reações de firmeza contra o autoritarismo e qualquer forma de usurpação de poder. Porém importa salientar que essa não é a via democrática para se estabelecer governos, por isso muitas vezes os seus impactos são extremamente pesados para quem os praticos.

Nchama (2024), apresenta que quando um golpe de estado é bem-sucedido, o primeiro e mais evidente efeito é a mudança na liderança. Líderes eleitos ou longamente instalados são substituídos, muitas vezes, por líderes militares ou por uma junta que não foi eleita democraticamente. Como podemos ver no caso específico do Burkina Faso o líder anterior Damiba foi substituído pela junta militar coordenada por Ibrahim Traoré com o uso da força, marcando assim uma nova fase de liderança que trará consigo uma nova fase de governação. A fase pós golpe é marcada por incertezas, tensão e instabilidade política.

Além das mudanças na liderança, os golpes de estado frequentemente resultam em alterações significativas nas políticas governamentais. Novos governos podem rapidamente desfazer leis e regulamentos anteriores, alterando drasticamente a direção política e as prioridades do país (Nchama, 2024, p. 23). Governos instaurados por meio de golpes de Estado costumam se consolidar com foco em mudanças estruturais profundas, o que frequentemente implica na desarticulação de instituições democráticas como parlamentos e tribunais, além da possível suspensão ou revogação da constituição. Outra característica recorrente é a centralização do poder em um grupo restrito, geralmente formado por membros das forças armadas, que passam a exercer controle político de forma autoritária.

No Burkina Faso podemos apreciar de maneira prática essas mudanças. Como apresentado pelo G1 (2022), a constituição burquinense foi suspensa e a carta de transição

dissolvida, as fronteiras foram fechadas indefinidamente e todas as atividades políticas e da sociedade civil suspensas. Foi também declarado um toque de recolher das 21:00 às 05:00, horário local. Essas medidas foram tomadas para estabelecer o controle da nova gestão e controlar a camada civil, marcando assim a fase de execução de novas políticas administrativas. Essas mudanças significam também a paralisação da execução de políticas adotadas pelo governo deposto, deste jeito se instala uma nova autoridade.

Internacionalmente, os golpes de estado podem levar ao isolamento diplomático. Outros países podem escolher cortar ou reduzir suas relações diplomáticas, impor sanções ou expressar seu descontentamento através de canais diplomáticos, (Simms *apud* Nchama, 2024, p. 24). Esse isolamento diplomático pode acontecer a partir da decisão de outros países de se afastarem por reprovarem o golpe, ou pode acontecer pela decisão do país em que aconteceu o golpe de se isolar para evitar repressões ou estabelecer o seu autoritarismo.

Organismos como a ONU<sup>4</sup> e a CEDEAO<sup>5</sup> se posicionaram contra o golpe o que consequentemente afasta cada vez mais estes organismos do Burkina Faso. Segundo a CEDEAO (2025), Burkina Faso, Mali e Níger não serão mais membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) a partir de quarta-feira, 29 de janeiro de 2025. Desde o primeiro golpe de 2022 que a ONU reagiu condenando veementemente o golpe e uso da violência para alcançar o poder (ONU Brasil, 2022).

Estes eventos podem desestabilizar não apenas o país onde ocorrem, também ter ramificações regionais, dependendo da importância geopolítica do estado em questão (SIMMS *apud* Nchama, 2024, p. 24). O golpe pode incentivar movimentos similares, ele pode servir de exemplo para outras nações, como acontece em África desde 2020 com as sequências de golpes. Nesta Senda podemos aqui referir como impactos do golpe a recorrência a golpes como aconteceu no Burkina Faso dois golpes em menos de um ano, ou a ascensão regional dos golpes como aconteceu no Sahel.

### 3.2 MUDANÇAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS NO BURKINA FASO PÓS GOLPE

Após os sucessivos golpes militares, o Burkina Faso jamais será o mesmo. O país carrega agora marcas profundas que reconfiguraram sua trajetória política e econômica. Com a ascensão de Ibrahim Traoré à liderança, iniciou-se um processo de reconstrução institucional

---

<sup>4</sup> <https://www.ecowas.int/burkina-faso-mali-and-nigers-withdrawal-from-ecowas-is-now-a-reality/>

<sup>5</sup> <https://brasil.un.org/pt-br/169753-onu-condena-golpe-em-burquina-fasso-e-pede-liberta%C3%A7%C3%A3o-de-presidente-deposto>

que, para muitos, representa não apenas uma ruptura com o passado, mas o início de uma nova era de soberania nacional.

As ações de Traoré, como a expulsão de tropas estrangeiras, a revisão de contratos de mineração e o fortalecimento de alianças regionais, evidenciam uma tentativa de restaurar a autonomia política e econômica do país. Nesse sentido, o golpe de Estado pode ser interpretado não apenas como uma ruptura institucional, mas como um ponto de inflexão rumo à independência total e à redefinição do papel do Estado burquinense.

Esses eventos nos convidam a refletir sobre a segurança na região do Sahel, onde Burkina Faso está inserido. Como destacam Schütz e González (2023), a questão da segurança na África está intimamente ligada à própria concepção de Estado. Em muitos casos, a fragilidade das instituições estatais seja pela ausência de serviços públicos, pela corrupção ou pela falta de legitimidade está diretamente relacionada aos principais desafios de segurança enfrentados pela região.

O Sahel vive sob a constante ameaça de grupos jihadistas, cuja presença não apenas compromete a paz e a estabilidade, mas também desafia o monopólio estatal da força. Essa realidade contribui para o enfraquecimento das estruturas governamentais e para o surgimento de zonas de autoridade paralela. No caso específico de Burkina Faso, os ataques jihadistas e a insegurança generalizada foram catalisadores das mudanças políticas recentes, servindo como justificativa central para os golpes de 2022.

Assim, a crise de segurança no Sahel não pode ser dissociada da crise da ideia de Estado. A reconstrução da soberania nacional, como proposta por Traoré, é uma resposta direta a esse cenário, ainda que envolva em controvérsias e desafios. O futuro da região dependerá da capacidade de seus líderes de reimaginar o Estado não apenas como aparato coercitivo, mas como agente legítimo de proteção, desenvolvimento e inclusão.

No século passado, líderes como Muammar Gaddafi, Thomas Sankara e Jerry Rawlings protagonizaram golpes na Líbia, Burkina Faso e Gana, respectivamente. Mas, ao contrário dos casos mencionados anteriormente, o período posterior a esses golpes foi marcado pela adoção de políticas públicas e programas que Golpes em África: desfrancização e redemocratização no Sahel buscavam promover justiça social, controlar a corrupção e defender os interesses do Estado em detrimento da elite governante. (Suma; Caomique, 2024. p. 90-91).

Apesar de o golpe de Estado em Burkina Faso suscitar múltiplas interpretações, as transformações que dele derivaram revelam com mais clareza sua motivação central: trata-se de uma tentativa de reconfigurar o país em favor da população, e não de perpetuar um ciclo de sofrimento e submissão às potências estrangeiras. Assim como figuras históricas como

Muammar Kadafi e Thomas Sankara, que buscaram implementar mudanças estruturais voltadas ao bem-estar coletivo, Ibrahim Traoré parece trilhar um caminho semelhante. Ao olharmos desta forma para o golpe podemos incorrer para uma narrativa valorativa e heróica do golpe de Estado em Burkina Faso, elevando a figura de Traoré como sendo benfeitor.

Uma das ações mais emblemáticas dessa nova direção é o processo de desfrancização, como destacam Suma e Caomique (2024). Traoré rompeu com a lógica de subserviência ao antigo colonizador, cortando relações diplomáticas e militares com a França. A frase declarada por ele “*Burkina Faso precisa ser livre*” não ficou apenas no discurso: foi acompanhada por medidas concretas que visam restaurar a soberania nacional. Com a retirada da Francesa Burkina Faso restabelece relações com a Rússia, como apresentado por Baradel (2025), esses golpes evidenciaram a presença da Rússia, com isto Vladimir Putin passou a ser um ator essencial na guerra do Sahel.

Ao esfriar as relações com organismos regionais, internacionais e com a França países como Mali, Niger e Burkina Faso, estabeleceram a **linhaça** do Sahel como um canal de mútuo apoio para o combate ao terrorismo e fortalecimento econômico. Levantes militares com apoio popular reposicionam, no cenário internacional, os países do Sahel africano: Burkina Faso, Níger e Mali. Nos três casos, os novos governos iniciaram um processo de transformação institucional, política e econômica distanciando-se da dependência da França, antiga colonizadora da região. (Agência Brasil, 2025)<sup>6</sup>.

Entre essas medidas, destaca-se a nacionalização de duas minas de ouro, anteriormente controladas por uma empresa listada na Bolsa de Londres. Segundo Reuters (2025)<sup>7</sup> Burkina Faso planeja assumir o controle de mais minas industriais de propriedade estrangeira. Buscando manter o controle das minerações e usar os lucros arrecadados internamente, fato este que fez o país revisar seu código de mineração no ano passado, criando uma nova empresa estatal de mineração, a Société de Participation Minière du Burkina (SOPAMIB). Esta ação permitiu que Burkina Faso recuperasse o controle de duas minas de ouro industriais anteriormente pertencentes à Endeavour Mining (EDV.L), listada na Bolsa de Valores de Londres.

Segundo reportagem do *West Africa Weekly* (2025)<sup>8</sup>, essa ação não se limitou à retomada dos recursos naturais; ela foi seguida pela distribuição de 179 milhões de dólares em

---

<sup>6</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-05/entenda-transformacao-do-sahel-africano-mali-burkina-faso-e-niger>

<sup>7</sup> <https://www.reuters.com/world/africa/burkina-faso-nationalise-more-industrial-mines-prime-minister-says-2025-04-29/?ut>

<sup>8</sup> [West Africa Weekly – Burkina Faso Distributes \\$179 million Worth of Agricultural Equipment 11 de novem de 2025](#)

máquinas agrícolas, com o objetivo de impulsionar uma revolução agrícola no país. Considerando que cerca de 80% da população burquinense vive em áreas rurais, esse investimento representa um esforço direto para fortalecer a principal base econômica e social do país.

Com essa iniciativa, o governo sinaliza um compromisso claro com a reestruturação da economia local e a diversificação das fontes de renda. Investir na agricultura é, nesse contexto, investir na dignidade das famílias, na segurança alimentar e na autonomia produtiva do país.

Segundo *Institute for security studies (2025)*<sup>9</sup> (Instituto para estudo de segurança (ISS)), O primeiro compromisso de Traoré foi combater o terrorismo e restaurar a integridade territorial do país. O terrorismo é o principal gerador de instabilidade no país, sem a sua resolução imediata o país ainda estará mergulhado em uma onda de incertezas e muitos dos problemas sociais não serão resolvidos. Desta feita é necessário o fortalecimento das forças de defesa do país, para garantir a paz e segurança. Como apresentado pelo ISS (2025), o governo reorganizou as forças de defesa e segurança, adquiriu novos equipamentos militares e recrutou cerca de 10.000 oficiais do exército e da marinha, 90.000 Voluntários para a Defesa da Pátria. Essas ações demonstram a preocupação de Traoré de garantir a segurança e integridade territorial, buscando evitar que ações terroristas que outrora aconteceram não se repitam. O governo também criou o Fundo de Apoio Patriótico para impulsionar o engajamento dos cidadãos nos esforços de segurança. A iniciativa recebeu financiamento de multinacionais, incluindo mineradoras (ISS, 2025).

Uma das consequências do terrorismo no Burkina Faso é a crise humanitária, segundo a agência das nações unidas para emigração (Acnur), O país está enfrentando uma crise humanitária cada vez mais profunda, com mais de 2 milhões de pessoas deslocadas internamente, além de refugiados e requerentes de asilo precisando de proteção.

A ACNUR apresenta que 2,1 milhões pessoas foram deslocadas e apátridas (ou retornando de deslocamento forçado) dentro do país no final de 2024, sendo 280.812 dos burquinenses eram refugiados, requerentes de asilo ou necessitavam de proteção internacional em todo o mundo no final de 2024.

Com está grande escala de pessoas se deslocando em função da instabilidade política, Traoré categorizou a crise humanitária como sendo o segundo ponto crucial a ser resolvido. Embora que alguns dados da Acnur contrastam com o ISS, eles se encontram em uma escala aproximada, o ISS (*Institute for security studies, 2025*), apresenta quase dois milhões de

---

<sup>9</sup> [https://issafrica.org/iss-today/burkina-faso-progress-and-problems-after-two-years-of-transitio\\_n](https://issafrica.org/iss-today/burkina-faso-progress-and-problems-after-two-years-of-transitio_n)

deslocados internos e mais de 36.000 refugiados.

O governo de Traoré precisa de cerca de US\$ 877 milhões para fornecer ajuda essencial, abrigo, assistência médica e apoio (ISS 2025). Porém com o isolamento político ficou cada vez mais difícil de se chegar a esse objetivo. Segundo a Acnur (2025) o número de pessoas necessitadas de assistência humanitária diminuiu de 6,3 milhões em 2024 para 5,9 milhões em 2025, refletindo uma redução de aproximadamente 6,3%. A redução percentual (6,3%) não significa superação da crise, mas apenas uma leve melhora numérica diante de um quadro ainda crítico. O dado financeiro mostra que a capacidade estatal é insuficiente sem apoio externo, reforçando a vulnerabilidade do país. Esta leve melhoria significou também o retorno às localidades outrora abandonadas pela população, se instalando agora um sentimento de mais tranquilidade.

Outra mudança política refere-se ao combate à corrupção, está pauta é importante para a reconstrução do Estado e melhoria da governança, permitindo assim mais estabilidade e transparência no sistema de governação. Desta feita a nova governação aprovou uma nova legislação que combate o clientelismo e o clientelismo político no serviço público (ISS, 2024). Dá pauta anti-corrupção destaca-se a prisão de Vicent Dabigou ex-ministro dos transportes, que devido aos crimes de lavagem de dinheiro e peculato recebeu a pena de 11 anos de prisão.

Esta atitude é contraditória pois a origem de um governo considerado ilegítimo por parte da comunidade internacional e suas ações voltadas à moralização do Estado, como o combate à corrupção, levanta debates complexos sobre legitimidade, eficácia e soberania. Esta luta contra a corrupção pode ser entendida como instrumento de fortalecimento político, para ganhar apoio popular e internacional e deslegitimar elites anteriores.

Dentre todas as mudanças já aplicadas, uma das mais esperada é a volta do sistema democrático, eleições presidenciais livres e justas no país. Para Traoré essa pauta não consta nas suas prioridades. Traoré disse que a sua prioridade era combater a insegurança e proteger a nação – não as eleições (ISS 2024). Embora que Traoré outrora afirmou que supervisionaria a realização de eleições para restaurar o regime constitucional e democrático, porém ainda não demonstrou ações suficientes que consolidaram está afirmação. Isso gerou um debate por parte dos partidos políticos do país, porém a atual situação do Burkina Faso ainda não inspira segurança mesmo com os avanços no combate aos grupos terroristas, e essa situação precária de segurança serve como justificativa da demora para as eleições.

Segundo (ISS 2025) os partidos políticos se queixam da falta de diálogo, membros da sociedade civil denunciam o uso repressivo da Lei de Mobilização Geral de abril de 2023, e vários de seus representantes, que criticaram as escolhas de segurança do governo, foram

forçados a se juntar aos Voluntários pela Defesa da Pátria. Anexa-se ainda nesse leque a queixa de abusos por parte dos membros das forças de defesa, porém as autoridades negam todas as acusações.

O governo afirma que está controlando a comunicação como parte de suas medidas para derrotar grupos jihadistas. Mas as autoridades não devem ignorar os apelos por uma abordagem mais consensual que proteja os civis, especialmente quando a coesão nacional é vital para a segurança e a governança estatal duradoura (ISS 2024).

Quanto às mudanças econômicas no país, segundo o World Bank Group (2024), a economia cresceu 3,2% em 2023, apesar da crise de segurança, e a inflação caiu para 0,7%, com a queda dos preços dos produtos locais. O desempenho econômico de 2022 foi de 1,8%, o que veio a mudar em 2023 atingindo 3,2% do PIB (correspondendo a um crescimento do PIB per capita de 0,6%), a inflação apresentou tendência de queda no primeiro semestre de 2023 e tornou-se negativa de maio a outubro de 2023. Ao longo do ano, a inflação média foi de 0,7%. A instabilidade no país afeta diretamente o avanço econômico, no caso do Burkina Faso, este conflito interrompeu a mineração do ouro que é o produto que representa a maior taxa de exportação do país, 77% das exportações, 16% do PIB e 22% das receitas governamentais.

Diferente dos anos anteriores que a pobreza aumentará em 2022 a pobreza se estabilizou devido a baixa inflação, dando sinal de melhoria na situação econômica, apesar dessa melhoria a situação ainda carece de cuidado visto que a problemática não atingiu simplesmente o Burkina Faso, mas também a região. O World Bank Group (2025) apresenta que o governo tem buscado gerar igualdade no país, os gastos governamentais com assistência social representam cerca de 2,6% do PIB e, teoricamente, seriam suficientes para reduzir quase pela metade a desigualdade da pobreza. Nos últimos 15 anos, os gastos com assistência social aumentaram de 0,3% do PIB em 2005, superando a média dos países subsaarianos. É importante também destacar que o governo suspendeu intervenções que incluem transferências bancárias em 2023. A interrupção de mecanismos de assistência direta, como transferências bancárias, mostra como regimes autoritários podem restringir políticas redistributivas quando estas ameaçam a centralização do poder.

Os regimes autoritários fracassaram na condução da economia e a repressão corroeu internamente sua própria sustentação, dando lugar a transições que apresentam duas características: são rápidas e os indivíduos que delas participam têm poucas condições de impor à oposição as regras do jogo da transição (O'DONNELL, 1987, p. 9).

Neste sentido o Estado controla diretamente a distribuição de benefícios, o que fortalece a dependência dos cidadãos em relação ao regime, fazendo com que o poder seja usado como instrumento político para legitimar o governo perante a população. Em regimes autoritários, os números apresentados não refletem apenas política econômica, mas também estratégia de poder. A suspensão de transferências diretas mostra a prioridade do controle político sobre a eficiência social. Linz (2000) argumenta que regimes autoritários buscam manter o poder centralizado, utilizando políticas sociais como instrumentos de controle, sem compromisso com eficiência ou universalidade.

Segundo o World Bank Group (2024), para se fortalecer a sustentabilidade macro fiscal e aprimorar a assistência social é necessário melhorar a eficiência dos gastos públicos, mitigar os impactos econômicos da saída da CEDEAO. Ainda se ressalta ações complementares que são aprimorar a meta de combate à pobreza e aprimorar a eficiência dos gastos com assistência social.

Estes dados desafiam a **ideia liberal** de que apenas regimes democráticos garantem crescimento sustentável. Segundo Lipset (1959) quanto mais desenvolvido for um país, maior a probabilidade de sustentar a democracia.

É imperioso reforçar que o fator central que caracteriza ou sustenta um regime autoritário não é apenas a presença das forças armadas, mas a ausência de controle civil efetivo sobre elas. Em outras palavras, quando os militares atuam de forma autônoma, sem subordinação às instituições civis democráticas (como o Executivo eleito, o Legislativo e o Judiciário), há um risco elevado de autoritarismo ou de rupturas institucionais, como golpes de Estado.

Huntington (1957) argumenta que a estabilidade democrática depende da profissionalização militar e do controle civil objetivo, ou seja, o Exército deve ser politicamente neutro e subordinado ao poder civil. Os militares devem se especializar na “gestão da violência” e não na produção da mesma, ou seja, no uso legítimo da força para proteger o Estado. Devem ser politicamente neutros, não interferir na política e subordinar-se ao poder civil. Um Exército profissional e neutro protege a ordem constitucional, sem buscar poder político. A politização das Forças Armadas, por outro lado, abre espaço para autoritarismo, Huntington argumenta que a chave para a estabilidade democrática é manter os militares fora da política, mas bem treinados e respeitados em sua função técnica.

Segundo Alfred Stepan, (1988), a tutela militar ocorre quando as Forças Armadas mantêm prerrogativas institucionais que limitam a autoridade dos governos civis, mesmo após a transição para a democracia. Essa condição configura uma forma de autoritarismo tutelado,

na qual os militares se colocam como árbitros legítimos da ordem política, restringindo o escopo da soberania democrática. A situação em que os militares mantêm prerrogativas institucionais que lhes permitem interferir ou limitar decisões dos governos civis, mesmo após a transição formal para a democracia. Isso configura um autoritarismo tutelado, pois os militares se posicionam como guardiões da ordem política, acima das instituições democráticas.

No Burkina Faso os militares assumiram um papel de árbitros políticos e justificam suas ações como defesa da integridade nacional, típico da tutela militar descrita por Stepan. A presença militar no poder impede o fortalecimento de instituições civis e democráticas, como parlamento, judiciário e partidos políticos. A suspensão da ordem democrática Traoré, líder do golpe de 2022, prometeu inicialmente restaurar a democracia por meio de eleições em julho de 2024. No entanto, esse compromisso foi adiado indefinidamente, sob justificativas de segurança e instabilidade interna, o que coincide com o pensamento supracitado. O caso do Burkina Faso mostra que a democratização exige não apenas instituições formais, mas também a retirada dos **militares** da arena política subordinados ao poder civil, e que não tenham poder de veto sobre decisões democráticas. Sem isso, a democracia é apenas simbólica e permanece à mercê da força.

### 3.3 REAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

O golpe de Estado no Burkina Faso causou diversas reações quer a nível doméstico ou internacional, suscitando até mesmo tentativas de golpes para depor Traoré, como aconteceu no dia 26 de setembro de 2023. Organismos internacionais como ONU, CEDEAO e a União Africana também demonstraram o seu posicionamento diante do golpe. Segundo a DW (2023) aconteceu uma tentativa de golpe frustrado, informação passada pelos serviços de informação e segurança na pessoa do porta-voz do executivo, Jean Emmanuel Ouédraogo. Esta tentativa de golpe foi considerada um impedimento para alcançar a soberania e a liberdade total do país. Desta tentativa de golpe quatro soldados foram detidos e dois estavam desaparecidos.

Quanto aos organismos internacionais a ONU posicionou-se contra o golpe de Estado, de acordo com a ONU (2022) na pessoa do secretário António Guterres condenou veementemente “qualquer tentativa de tomada do poder pela força das armas” e apelou a todos os intervenientes para que “se abstenham da violência e procurem o diálogo”. António Guterres apelou o caminho do diálogo como sendo o mais viável, este posicionamento reforça o compromisso da ONU com a democracia, paz e estabilidade institucional. Ao se posicionar contra esses atos, a ONU tenta pressionar os golpistas, mobilizar apoio internacional e encorajar

a restauração da ordem democrática.

Gutierrez ainda expressou seu total apoio aos esforços regionais para um rápido retorno à ordem constitucional no país. “Burkina Faso precisa de paz, estabilidade e unidade para combater grupos terroristas e redes criminosas que operam em algumas partes do país”, (ONU 2022). As declarações de Gutierrez demonstram seu apoio as iniciativas dos países vizinhos unirem-se e combater o terrorismo, apelando também organismos regionais a se posicionarem diante deste acontecimento, o que demonstra a preocupação de uma ação coletiva para combater o mal que afeta a região para restabelecer a ordem constitucional. Há neste país a necessidade de se estabelecer a paz e estabilidade para se atingir a unidade nacional, pois o golpe militar no Burkina Faso enfraquece as estruturas internas o que enfraquece o país.

Guterres faz uma chamada de atenção para que o Burkina Faso combata diretamente os terroristas e não se foque em golpes, porém o golpe tem uma ligação direta com o terrorismo por ser ele o grande motivador. Guterres reafirmou o compromisso das Nações Unidas de acompanhar o povo de Burkina Faso em seus esforços em direção à paz e estabilidade duradouras (ONU, 2022). O secretário da ONU acredita que os recorrentes golpes no Burkina Faso atentam contra a luta da região pela estabilidade e podem servir como gerador de empecilhos sociais, a instabilidade causada pelos golpes favorecem ações extremistas islâmicas, e impulsionam o deslocamento da população, fazendo assim uma migração forçada em busca de se proteger.

A nível regional a CEDEAO também condenou o golpe de Estado, e reforçou o seu compromisso com a restauração da ordem constitucional e transição democrática. A CEDEAO optou pela pressão diplomática, exigindo que Traoré mantivesse o cronograma de transição previamente acordado com Damiba, que previa eleições até julho de 2024. Segundo o ISS (2024), O Capitão Ibrahim Traoré, que liderou o segundo golpe e é o presidente interino do país, comprometeu-se a combater o terrorismo e a respeitar o cronograma de transição da CEDEAO. Mas Burkina Faso, juntamente com os vizinhos Mali e Níger (países que também sofreram golpes nos últimos anos), notificaram sua retirada imediata da CEDEAO. Essa decisão aumenta as dúvidas sobre a capacidade de Burkina Faso de cumprir os prazos de transição. Os países que romperam com a CEDEAO posteriormente criaram a Aliança dos Estados do Sahel.

A União Africana também condenou o golpe de Estado no Burkina Faso, de acordo com a União Africana 2022 o Presidente da Comissão da União Africana condena inequivocamente a segunda tomada de poder pela força em Burkina Faso. De acordo com a União Africana (2022) O Presidente da Comissão Moussa Faki Mahamat, em conformidade com a Declaração de

Lomé do Ano 2000, a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e

Governança e a Declaração de Acra sobre Mudanças Inconstitucionais de Governo, expressa sua profunda preocupação com o ressurgimento de mudanças inconstitucionais de governo em Burkina Faso e em outras partes do continente africano.

A declaração de Lomé reafirma o princípio de que os povos têm o direito de escolher livremente seus líderes, rejeitando os golpes militares, rebeliões armadas e outras formas de tomada de poder por meios não constitucionais. Princípio este que deve ser respeitado como afirma o presidente da União Africana. O Presidente apela aos militares para que se abstenham imediata e totalmente de quaisquer atos de violência ou ameaças à população civil, às liberdades civis e aos direitos humanos, e garantam o cumprimento rigoroso dos prazos eleitorais para a restauração da ordem constitucional até 1 de julho de 2024, o mais tardar (União Africana, 2022). Destas medidas, Traoré não realizou as eleições.

O conjunto de reações ao golpe de Estado no Burkina Faso revela tensões profundas entre, de um lado, as expectativas normativas dos organismos internacionais quanto à democracia e, de outro, a realidade política, social e securitária que impulsiona golpes militares na região do Sahel. Embora ONU, CEDEAO e União Africana tenham condenado o golpe e apelado ao retorno da ordem constitucional, suas posições, ao mesmo tempo firmes e repetitivas, demonstram certa incapacidade de compreender plenamente os fatores internos que alimentam a ruptura institucional especialmente a escalada do terrorismo jihadista e a fragilidade das instituições estatais.

A posição da ONU, representada por António Guterres, segue uma lógica previsível de defesa da legalidade internacional e do diálogo. Contudo, essa abordagem se distancia da percepção de parte da população burquinabê, que vê nas instituições internacionais uma incapacidade histórica de mitigar o terrorismo ou conter a influência estrangeira no país. Ao insistir no retorno imediato à democracia formal, a ONU não aborda suficientemente a crítica central dos militares golpistas: o argumento de que as estruturas democráticas anteriores estavam capturadas, corruptas ou impotentes diante do avanço jihadista. Assim, sua autoridade moral encontra limites evidentes.

Além disso, a ênfase de Guterres na necessidade de combater o terrorismo revela outra contradição: se, por um lado, ele condena os golpes, por outro reconhece a urgência de responder a uma ameaça que os governos civis anteriores não conseguiram enfrentar. A posição da ONU, portanto, corre o risco de soar normativa demais e pragmática de menos, especialmente para sociedades que vivenciam a violência diretamente.

A CEDEAO, por sua vez, enfrenta uma crise existencial. Ao condenar o golpe e exigir

o cumprimento do cronograma eleitoral, buscou reafirmar sua tradição de pressão diplomática. No entanto, a decisão de Burkina Faso, Mali e Níger de se retirarem da organização culminando na criação da Aliança dos Estados do Sahel (AES) evidencia a erosão de sua legitimidade regional.

A interpretação otimista do governo de Ibrahim Traoré como um projeto de reconstrução nacional, libertação do neocolonialismo francês e restauração da soberania estatal precisa ser analisada com cautela. Embora o discurso oficial enfatize autonomia, desenvolvimento interno e combate ao terrorismo, muitos dos movimentos adotados pelo regime reproduzem características centrais de um autoritarismo tutelado, nos termos de Stepan (1988), e de uma centralização político-militar incompatível com práticas democráticas, conforme alertado por Huntington (1957).

A expulsão de tropas francesas, nacionalização de minas de ouro e o investimento em agricultura representam uma ruptura com a dependência externa, elas não necessariamente indicam uma transição para maior democratização ou fortalecimento institucional. Pelo contrário, tais medidas podem ser interpretadas como iniciativas para consolidar poder internamente, especialmente quando acompanhadas da supressão da oposição, do controle da mídia, da mobilização compulsória de civis para forças paramilitares e do adiamento sucessivo das eleições.

Outro aspecto crítico refere-se ao uso político da luta contra o terrorismo. Embora a insegurança seja real e profundamente desestabilizadora, o governo de Traoré utiliza a ameaça jihadista como justificativa para a militarização da sociedade, para o adiamento de eleições e para restringir o espaço de atuação da sociedade civil. Esse processo se alinha ao que Linz (2000) caracteriza como dinâmicas de regimes autoritários: centralização do poder, limitação da competição política e uso da segurança como instrumento de legitimação.

Apesar dos avanços e reformas econômicas possam ser reconhecidos, o governo de Burkina Faso opera dentro de uma lógica que combina: excesso de participação militar, autoritarismo, reconfiguração de alianças externas, adiamento indefinido da democracia.

## 4 CAPÍTULO 3 – IMPACTOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

### 4.1 SANÇÕES E MEDIDAS DIPLOMÁTICAS APLICADAS AO BURKINA FASO

O pós golpe trouxe consigo diversas manifestações, quer sejam a favor ou contra, figuras influentes e organismos internacionais demonstraram os seus posicionamentos. Os líderes dos golpes também se posicionaram, com a criação da aliança do Sahel e a retirada da CEDEAO, tratando como sendo uma decisão soberana, como apresentada pela DW 2024. A cimeira extraordinária da autoridade dos chefes de governos da CEDEAO sobre a situação política, de paz e de segurança na região que decorreu em Abuja, 24 de fevereiro de 2024, foi um espaço onde a organização demonstrou mais uma vez o seu posicionamento sobre os recorrentes golpes na região. A Cimeira Extraordinária foi convocada para analisar a situação política, de paz e segurança na África Ocidental e o desenvolvimento na região, outro ponto discutido é sobre as notificações enviadas por Burkina Faso, Mali e Níger sobre a sua decisão de se retirarem da CEDEAO.

Segundo o documento oficial da CEDEAO da cimeira de 2024, a Autoridade observa que a retirada terá implicações políticas, socioeconômicas, financeiras e institucionais para os três países, bem como para a CEDEAO como um grupo. O Isolamento diplomático implica que, ao sair da CEDEAO, os três países (Mali, Níger e Burkina Faso) perdem acesso direto às instâncias políticas regionais, dificultando negociações multilaterais e cooperação em temas como segurança e democracia. Todos os benefícios da organização não recaem sobre os países que dela saíram, o que pode fragilizar ou reduzir a capacidade de ação dos três países. Esta saída é vista como uma tentativa de escapar das pressões por transição democrática, já que os três países são governados por juntas militares após golpes de Estado, buscando legitimar regimes militares, neste sentido a organização demonstra-se a favor da transição de governo de maneira democrática, e apresenta este posicionamento para pressionar o Mali, Níger e o Burkina Faso a repensar as suas diretrizes.

A retirada dos três países trouxe consigo um grande questionamento: A CEDEAO falhou? Este questionamento parte da seguinte premissa: A organização não conseguiu evitar o golpe de Estado e nem manter os países dentro da organização. A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi criada com o objetivo de promover a integração econômica, política e social entre seus membros. Ela busca também defender a democracia e garantir a estabilidade da região, apesar de acontecerem golpes e conflitos na região, isso não determina que a organização seja falhada.

A incapacidade de prevenção diante dos conflitos fortifica o argumento de que a instituição falhou e está perdendo a influência. Porém precisamos entender que a organização não possui força militar própria para intervir diretamente, dependendo da vontade dos Estados membros, diante deste quesito a organização tentou negociar, porém os países dos golpes preferiram montar uma outra aliança. As crises profundas de segurança, pobreza e desconfiança nas instituições democráticas, favorecem rupturas militares. No documento oficial da cimeira extraordinária de 2024, no ponto 15 sobre implicações políticas e de segurança destaca o apoio da organização por meio da UEMOA (União Econômica e Monetária do Oeste Africano), um benefício de 100 milhões de dólares no contexto do Plano de Ação da CEDEAO contra o terrorismo. Além disso, foram atribuídas algumas dotações do Fundo (7,5 milhões de dólares) para apoiar os três países na aquisição de equipamento para ajudar na sua luta contra o terrorismo. O que demonstra ações da organização que visam gerar a estabilidade da região, esse plano é uma estratégia regional que busca fortalecer a segurança, apoiar forças armadas e promover estabilidade nos países afetados por insurgências jihadistas e redes criminosas.

Diante deste cenário, a França promete apoiar a CEDEAO para restaurar a democracia (Dw 2023), a participação da França nos remete a uma ambiguidade, se a França vem para ajudar a restabelecer a democracia ou recuperar a sua zona de influência. Catherine Colona a representante da França destaca "Constatamos que os calendários de transição não foram respeitados e que a insegurança está a piorar" (DW, 2023). Teoricamente esse discurso demonstra a preocupação francesa em ajudar a estabelecer a democracia na região, porém estrategicamente pode se entender que a França quer recuperar a zona de influência e recuperar os laços econômicos, militares e culturais. Portanto, o apoio francês à CEDEAO pode ser interpretado como uma tentativa de reconstruir sua legitimidade regional, usando o discurso democrático como ferramenta diplomática. A insegurança no Sahel e os atrasos nos calendários de transição democrática oferecem à França uma justificativa para se manter relevante, mas o contexto exige cautela e a ajuda externa só será legítima se respeitar a soberania e os anseios dos povos africanos.

Outra organização que se manifestou é a União Africana que manifestou a sua insatisfação com a situação que se vive em África. O chefe do conselho de segurança Bankole Adeoye "reafirmou a tolerância zero contra mudanças inconstitucionais de governo", acrescentando que a UA está pronta para ajudar os quatro países a "retornarem à ordem constitucional" (Africanews, 2024). Esta afirmação demonstra o compromisso com a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança, que condena golpes militares e exige transições democráticas, a mensagem é dirigida tanto aos regimes militares, simples e clara a

UA não reconhecerá governos instaurados por meios não democráticos. A UA não só deixa claro que o processo democrático deve ser instalado mas também se disponibiliza para ajudar a restaurar a ordem constitucional, se colocando como mediadora e parceira nos processos de transição, seja por meio de diálogo político, envio de observadores ou apoio técnico.

Apesar da retórica firme, a UA tem demonstrado limitações práticas para impedir ou reverter golpes. Sanções econômicas e suspensões de membros não têm sido suficientes para restaurar governos civis. A repetição de golpes sugere que a política de “tolerância zero” pode estar mais próxima de um ideal normativo do que de uma ferramenta eficaz de dissuasão. A restauração da democracia não pode se limitar à reposição de governos civis, ela precisa de reformas profundas, e combate às causas estruturais da instabilidade, como pobreza, exclusão e interferência externa e corrupção.

Segundo a União Africana (2025), a tomada do poder por meios de golpe é inequivocamente condenável, recomendando a abstenção de quaisquer atos de violência. A União Africana (UA) suspendeu a participação do Burkina Faso na organização até que a ordem constitucional seja restabelecida no país, após o golpe de Estado de 24 de janeiro, anunciou o Conselho de Paz e Segurança (DW, 2022). A decisão da UA acontece após reação da CEDEAO, demonstrando uma sinergia institucional, onde a UA reforça as decisões da CEDEAO para manter uma frente unificada e fortalecer a legitimidade das medidas. A suspensão do Burkina Faso da UA ou da CEDEAO não significa em primeira instância sanção, a suspensão de um país da UA ou da CEDEAO significa que ele não pode participar das atividades e reuniões dessas organizações, mas não implica automaticamente em sanções econômicas ou outras penalidades coercitivas. Essa suspensão serve de pressão diplomática para restaurar a ordem constitucional, sem recorrer imediatamente a medidas mais duras. Funcionando como um aviso político e um convite ao diálogo. Os prazos estabelecidos servem para que as organizações medirem o nível de interesse para resolução do problema por parte dos golpistas.

Dentre outros organismos que reagiram, importa trazer a ONU, como sendo a organização com a maior participação de países. Segundo a ONU Brasil (2025), apesar da ONU condenar o golpe de Estado ela também não aplicou sanções ao país, porém recomendou cautela e respeito aos direitos humanos, reiterando a necessidade de transição política e a responsabilização dos responsáveis pelo golpe.

## 4.2 IMPACTOS NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E NOS ACORDOS MULTILATERAIS

Antes de se aprofundar nas dinâmicas políticas recentes do Burkina Faso, é fundamental compreender o contexto histórico e estrutural que molda sua trajetória como Estado-nação. De 1970 a 1980 o país mergulhou em uma série de golpes militares que só teve eleições multipartidárias no início da década de 1990 (Visentini, 2018, p. 127). Recentemente o país voltou a viver golpes, porém não é uma situação isolada, visto que a região parece ter colapsado nos golpes.

Para além do histórico de golpes o Burkina Faso tem também o registro de uma permanência longa em cargo de chefia, feita por Blaise Compaoré que governou 27 anos, de 1987 a 2014 como apresentado por Visentini (2018). A trajetória histórica do Burkina Faso é marcada por uma recorrente instabilidade político-institucional, evidenciada por sucessivos golpes de Estado, tentativas de tomada de poder e períodos de transição que refletem a fragilidade das estruturas democráticas no país. Desde sua independência em 1960, o Estado burkinabe tem enfrentado desafios persistentes para consolidar uma governança estável e inclusiva, capaz de garantir a ordem constitucional e a paz social.

Apesar de não ser protagonista no cenário internacional, Compaoré tentou estabelecer uma boa relação com os países vizinhos se projetando diplomaticamente. Em 1987 Compaoré conduziu uma série de visitas diplomáticas a fim de normalizar a relação com esses (Visentini 2018, p. 128). Nesta altura o país ajudou a resolver o conflito entre Níger e Togo, e se aproximou da França. Outro marco importante apresentado por Visentini (2018) aconteceu em 1989 quando Burkina Faso assumiu a presidência da CEDEAO.

1998 Compaoré reunia-se com os líderes do Mali, Níger, Sudão e Líbia para a criação de um grupo sub-regional para cooperação, chamado de Comunidade dos Estados de Saara Sahel (Visentini, 2018, p. 129). Esta comunidade foi criada em fevereiro de 1998, em Trípoli, na Líbia, com o propósito de promover a cooperação regional entre países africanos que compartilham desafios comuns relacionados à segurança, desenvolvimento e integração econômica. A comunidade se encarregava da promoção da livre circulação de pessoas, bens e capitais entre os Estados-membros, Fortalecimento da segurança regional, especialmente diante de ameaças transfronteiriças como o terrorismo e o tráfico ilícito. Coordenação de políticas educacionais, científicas e tecnológicas para reduzir disparidades e fomentar o desenvolvimento humano. O país também liderou a CEDEAO em 1989 e estabeleceu uma relação muito próxima com os Estados Unidos.

Visentini (2018) destaca que pela dependência externa do Burkina Faso, o FMI em 2013 aprovou um programa de assistência com objetivo de melhorar a qualidade de investimento público e garantir o crescimento inclusivo. Esta atuação do FMI destaca como a atuação de organismos internacionais moldam as estratégias econômicas dos países, buscando melhorar a qualidade do investimento público e garantir a eliminação da vulnerabilidade econômica do país, marcada por baixa arrecadação interna, forte dependência de ajuda externa e desafios estruturais.

Nota-se claramente uma instabilidade interna no Burkina Faso, porém isso não é um problema particular pois a região também é conhecida pela sua instabilidade gerada maioritariamente por insurgentes ou tensão entre os países da região. O golpe molda a maneira de vivência e impacta diretamente a relação de cooperação internacional do país, apesar de não ações de sanções concretas por parte de organizações internacionais, o Burkina Faso se retirou de organismos internacionais por entender que os mesmo não cumpriam com o papel pelo qual foram criados ou não supriam a necessidade do país. O governo burkinabe isolou-se de antigos parceiros ocidentais: por exemplo, rescindindo acordos de defesa com França, expulsando o embaixador francês e exigindo a saída das tropas francesas. Estas ações refletem o posicionamento da nova governação,

KARAMOKO JEAN MARIE TRAORE, Ministro das Relações Exteriores de Burkina Faso, ecoando as aspirações da sociedade saheliana, sublinhou a necessidade de “dar vida aos nossos discursos através de ações concretas”. Ele afirmou: “Devemos ir além das palavras e finalmente agir para inaugurar um mundo mais justo, livre de preconceitos e estereótipos que buscam tratar certos povos ou certas partes do planeta como cidadãos de segunda classe, condenados a aguardar nas prisões do isolamento”. (ONU, 2025).

O discurso do ministro das Relações Exteriores é dotado de um simbolismo político e indignação moral, que questiona as estruturas internacionais que perpetuam desigualdades históricas entre o Norte global e o Sul global. Neste discurso o ministro busca chamar atenção da cooperação e solidariedade, frequentemente esconde práticas de dominação, como condicionalidades econômicas, intervenções militares e exclusão de países africanos dos processos decisórios globais, reivindicando a autonomia política e econômica.

Segundo a ONU (2025), a representação do Burkina Faso questiona de maneira ferrenha o multilateralismo, apresentando-o como meio predatório e não inclusiva, este posicionamento demonstra de maneira clara que há uma vontade manifesta do Burkina faso da reorganização deste organismo multilateral, o que leva a crer o não reconhecimento da funcionalidade da instituição ou obrigar uma toda organização a se adaptar a sua visão de mundo. A crítica ao

multilateralismo, portanto, não se limita à sua operacionalidade, mas alcança sua própria ontologia política, sugerindo que, para ser verdadeiramente inclusivo, o sistema internacional deve ser reconstruído a partir de princípios de justiça epistêmica, soberania equitativa e pluralismo normativo.

Esta crítica anexada ao movimento da retirada de organismos multilaterais demonstra um movimento perigoso do Burkina Faso que pode causar isolamento diplomático e pouca participação política em organismos internacionais. O mesmo se retirou da CEDEAO, UA e da Corte Penal Internacional.

A DW (2024) apresenta o risco da Saída do Burkina Faso da CEDEAO, sendo uma movimentação perigosa que pode impactar diretamente na política/economia do país, reduzindo consequentemente a qualidade de vida da população. Ibrahim Amadou Louché afirma:

O risco é o de assistirmos a uma maior firmeza por parte dos outros países membros da CEDEAO e, por conseguinte, à instauração de um verdadeiro bloqueio que impedirá qualquer movimento tanto de pessoas como de mercadorias. Isto pode levar a uma escassez e, potencialmente, a preços mais elevados de bens de primeira necessidade (DW, 2024).

A saída compromete acordos comerciais, encarece importações e pode gerar escassez de produtos essenciais. Isto causa instabilidade e consequentemente afasta investidores internacionais que tendem a evitar países com instabilidade, esta atitude obrigará o país a procurar novos investidores e parceiros econômicos para firmar acordos que ajudem na estabilidade do país, o que consequentemente levou o país a se aproximar da Rússia ao passo que se afastou da França. Importa realçar que a relação com a Rússia não se estabelece no pós golpe, porém se intensifica com o primeiro golpe de 2022, Baradel (2025) destaca que após Damiba aplicar o golpe atores russos rapidamente demonstraram entusiasmo com o golpe. Vendo nisto uma oportunidade de atuação político/militar no país, estabelecendo uma estreita relação com o governo russo e o grupo paramilitar Wagner, olhando também para o grupo Wagner como um elemento crucial para ajudar a estabelecer a segurança. Mesmo mudando de entidade do governo do Burkina Faso a parceria com a Rússia se manteve, Traoré continuou negociando com a Rússia e manteve os laços diplomáticos.

As atitudes do Burkina Faso quebram a confiança com os países da região e minam a sua imagem como sendo um país que a soberania não reside no povo, mas sim em que usurpou o cargo máximo da nação. Destarte críticas têm sido feitas, em comunicado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros nigeriano afirmou que não estão a agir de boa-fé "ao negar ao seu povo

o direito soberano de fazer escolhas fundamentais” (DW, 2024). Neste comunicado o ministro procura mostrar a violação do direito do povo burkinabe de decidir seu próprio destino, o que estaria minando a autodeterminação do país, retirando a soberania que reside no povo, impedido que o mesmo possa interferir nas políticas cruciais do país, ou participar em momentos importantes como eleições e mudanças constitucionais, o que impede o povo de exercer sua vontade em questões centrais para o futuro do país. A Nigéria, como maior economia da África e ator regional influente, frequentemente se posiciona com firmeza, pois possui uma enorme capacidade de influenciar as decisões na região e no continente.

A instabilidade política comprometeu a capacidade de Burkina Faso de cumprir compromissos internacionais, especialmente em áreas como direitos humanos, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Muitos acordos foram congelados ou renegociados, e projetos multilaterais foram interrompidos ou redimensionados. O país perdeu ou reconfigurou alianças tradicionais e isso implicou em menos apoio internacional convencional (financeiro, militar, diplomático). Tornou-se menos integrado nos blocos regionais dominantes da África Ocidental, o que afetou comércio, mobilidade e coordenação regional. Internacionalmente, o regime agora busca parceiros alternativos (não-ocidentais) e redefine sua política externa em termos mais nacionalistas/pan-africanistas, e isto fica em evidência no discurso de Ibrahim Traoré.

#### 4.3 CONSEQUÊNCIAS PARA A IMAGEM E LEGITIMIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO BURQUINENSE

As consequências para a imagem e legitimidade internacional do Estado Burquinense são de extrema complexidade e em sua maioria negativa, realçando a disputa por territórios que aumenta o nível de violência, parceria com o grupo paramilitar Wagner e o movimento de retirada de organizações internacionais, a rápida sucessão de golpes e o fato do país ser um estado militar fortificou a visão de que o é politicamente instável e Burkina Faso caminha para o lado errado.

Segundo a CNN Brasil (2024), o Burkina Faso foi considerado o país com a crise de deslocamento mais negligenciada do mundo pelo Conselho Norueguês para os Refugiados (CNR) pelo segundo ano consecutivo. O que deixa em evidência uma certa dificuldade do país em resolver os seus problemas internos, ou alegadamente sua incapacidade de os resolver de maneira efetiva, este fato se deve a escalada do conflito que impulsionou o deslocamento da população criando refugiados internos e externos, agravando assim a crise humanitária. A negligência não é exclusivamente do Burkina Faso, nota-se uma falta de esforço coletivo para

a resolução do problema, a saída de organismos internacionais dificulta cada vez mais a resolução pois o deixa em uma situação de isolamento diplomático.

Segundo o Conselho Norueguês para os Refugiados seus critérios para crises de deslocamento negligenciadas são: “falta de financiamento humanitário, falta de atenção da mídia e falta de iniciativas políticas e diplomáticas internacionais em comparação com o número de pessoas necessitadas” (CNN, 2024). O que demonstra a falta da coletividade, este problema requer um esforço do país afetado, com a ajuda de organismos internacionais e país com capacidade financeira para ajudar a financiar ações humanitárias. Isto reflete uma abordagem crítica e multidimensional para identificar o abandono internacional. Este abandono internacional se evidencia a partir do relatório do CNR afirma que 2023 registou um déficit recorde nos orçamentos de ajuda de cerca de US\$ 32 bilhões, deixando mais de metade das necessidades humanitárias em todo o mundo sem qualquer atendimento (CNN Brasil, 2024).

O relatório da CNR afirma que o conflito no país é entendido como insignificante, no ano de 2023 apenas 37% do financiamento humanitário solicitado foi recebido pelo país, esta ação demonstra a falta de vontade manifesta em tapar a lacuna da crise humanitária, esta ação de rejeição ou de minimizar o conflito no país se deve a atitude do país de criar bloqueios e se afastar de países ocidentais ou organizações internacionais, o que colocou o país a margem das prioridades.

O fato do Burkina Faso estar sobre regime militar não é benéfico para a sua imagem, pois entende-se que há falta de democracia no país e um regime ditatorial. Segundo a CNN Brasil (2024) relatório da Human Rights Watch (HRW) concluiu que mais de 200 pessoas foram mortas pelos militares do país numa campanha contra civis acusados de colaborar com grupos armados, alegando que estes poderiam constituir crimes de guerra. Por outro lado, Burkina Faso condena esta afirmação e a declara como infundada o que mancha a imagem do país, atribuindo-lhe um crime de guerra do qual se nega. É fácil atribuir o crime de guerra ao Burkina Faso fazendo uma associação ao regime militar apresentado como autoritário que se encontra em ruptura com normas democráticas e a concentração de poder militar, fato este que prejudica a reputação do país como um Estado de direito. Problemas como: Segurança, falta de direitos humanos, isolamento político fragilizam a imagem do Burkina Faso no cenário internacional.

#### 4.4 RECONFIGURAÇÃO DA GEOPOLÍTICA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL

Os golpes reconfiguraram a região ocidental e tiveram repercussão em um plano mais

amplo, essa onda de golpe impacta na relação entre os estados da região e proporcionam mudanças em organizações internacionais, a retirada dos três países da aliança do Sahel pode enfraquecer a CEDEAO, bem como trazer o questionamento da capacidade de ação da organização. A criação da tripartite surge com a necessidade da criação de um bloco que entenda a necessidade dos três países que viveram o golpe, pois os mesmos entenderam que a CEDEAO já não supria as suas necessidades. Segundo o Vatican News (2024), com esta cúpula espera-se que o novo grupo colabore nas questões de segurança e estreite laços econômicos, incluindo eventualmente a criação de uma moeda comum. Esperando que esta organização consiga resolver os problemas de insegurança a partir de ações conjuntas.

Como apresentado pela RFI (2024), a criação da Linhaça do Sahel não é simplesmente um ataque à CEDEAO, mas também para a França, os países membros da Linhaça do Sahel consideram a CEDEAO como um espaço de influência francesa. "Nossos povos viraram as costas de forma irrevogável à CEDEAO", declarou o presidente do Níger, Abdourahamane Tiani, ao abrir a cúpula (RFI 2024), demonstrando claramente a quebra de relação entre os países da nova cúpula também conhecida como tripartite com a CEDEAO.

O posicionamento da nova organização demonstra um pensamento anticolonial, e aversão a presença de tropas francesas, o que faz a França perder um determinado espaço político. A organização tem conseguido influenciar outros países a se afastarem da potência colonizadora, Segundo a Euronews (2024) no dia 30 de janeiro de 2025 o Chade retirou de seu território a última base militar francesa de seu território, o que simboliza o quebrar das relações e busca por uma soberania sem interferência externa. Este discurso de extinção de presença ocidental em seu território pode ser encarado como mecanismo de perpetuar e justificar os governos militarizados.

Ao mesmo tempo, a retirada das forças francesas do Sahel, seguida pela retirada dos militares americanos, sinalizam transformações estruturais nas relações de poder global, representando o fim de um ciclo histórico de presença militar ocidental na região. (Da Silva, 2025).

Burkina Faso demonstra se afastar do ocidente ao passo que se aproxima cada vez mais da Rússia, China e Turquia, mudando a dinâmica da geopolítica da região. Acolheram tropas russas e agora estão expulsando empresas de mineração ocidentais em favor de parceiros russos e chineses (Egmont, 2025). A aceitação de aproximação é notória por parte dos populares, que durante a manifestação foram vistos com bandeiras Russas, demonstrando apoio ao novo governo e aceitando a presença Rússia.

Os países da tripartite buscam ganhar experiências na relação com a Rússia, aprendendo

as táticas militares para melhor se prevenirem e combaterem o terrorismo na região, a Rússia, China e Turquia são entendidos como parceiros ideais por demonstrarem ser contra o ocidente. A parceria russa inclui o programa conjunto de satélites com a Roscosmos e a presença de mercenários do Grupo Wagner no Mali com suposta expansão para Burkina Faso e Níger, fornecendo serviços de segurança, treinamento militar e apoio de combate aos governos locais (Da Silva, 2025).

Esta parceria busca fazer uma reconfiguração estratégica profunda na geopolítica africana. Podendo ser entendida no âmbito da cooperação tecnológica com a Roscosmos e militar com o Grupo Wagner, apesar de ser informal por ser um grupo paramilitar.

A onda de golpes militares em Mali, Burkina Faso e Níger não apenas alterou a configuração política interna desses países, mas também provocou uma transformação estrutural na geopolítica da África Ocidental. A ruptura com a CEDEAO e o afastamento da influência francesa revelam um movimento coordenado de rejeição ao modelo de dependência externa, substituído por uma busca ativa por soberania, segurança regional e autonomia econômica. A criação da Aliança dos Estados do Sahel representa mais do que uma resposta conjuntural, representa um bloco político e militar alternativo descartando a CEDEAO.

A aliança com países como Rússia, China e Turquia cria um novo eixo de poder na região determinando que a influência ocidental não mais se faz sentir, o que abala a ordem internacional tradicional global, destacando assim não mais países ocidentais, mas sim o sul global como detentor da zona de influência no Sahel. Esses acontecimentos demonstram uma drástica mudança na geopolítica.

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite retomar a pergunta de pesquisa: quais fatores desencadeiam os sucessivos golpes de Estado em África e, em particular, no Burkina Faso, e quais seus reflexos no cenário internacional?

Os resultados evidenciam que os golpes não ocorrem de forma isolada, mas são fruto de uma combinação de instabilidade política, fragilidade institucional, disputas por recursos, corrupção e insatisfação social (Nchama, 2024). No caso específico de Burkina Faso, a recorrência de intervenções militares desde a independência demonstra uma militarização estrutural da política, em que as forças armadas se colocam como atores centrais na definição do poder estatal.

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou responder à pergunta de pesquisa sobre os fatores que desencadeiam os sucessivos golpes de Estado em África, com destaque para o caso de Burkina Faso, e seus reflexos no cenário internacional. A análise demonstrou que tais eventos resultam da combinação entre fragilidade institucional, corrupção, disputas por recursos e incapacidade dos governos civis de garantir segurança frente ao terrorismo jihadista e elevada vulnerabilidade socioeconômica compõem um cenário complexo no qual rupturas militares se tornam recorrentes. Essa conjuntura confirma, como apontam Schütz e González (2023), que Estados politicamente fracos, com baixa capacidade institucional e marcados por intensa mobilização social, tornam-se especialmente propensos a crises de governabilidade e conflitos internos.

No caso específico do Burkina Faso, verificou-se que os golpes de 2022 ocorridos em sequência e justificados pela incapacidade estatal de conter o avanço jihadista e responder às demandas sociais refletem não apenas disputas internas pelo controle do poder, mas também a expressão de um modelo de tutela militar, nos termos formulados por Stepan (1988). A presença contínua dos militares como árbitros da política evidencia a dificuldade de construção de instituições civis autônomas e capazes de deter o monopólio legítimo da força. A justificativa recorrente de defesa da segurança nacional reforça um ciclo no qual o autoritarismo se renova sob o discurso da estabilização do país.

No plano doméstico, observou-se que o governo de Traoré empreendeu reformas políticas e econômicas que, embora apresentem alguns resultados positivos, como avanços no combate à corrupção, reorganização das forças de defesa e retomada do controle sobre recursos estratégicos, também revelam tendências de centralização do poder e adiamento sistemático da transição democrática.

As reações regionais e internacionais como a condenação da CEDEAO, da União Africana e da ONU revelam o isolamento diplomático e os limites das organizações multilaterais em lidar com mudanças inconstitucionais de governo. Ainda assim, essas respostas evidenciam a importância do compromisso internacional com normas democráticas, embora sem capacidade coercitiva suficiente para reverter a situação no curto prazo.

Assim, conclui-se que os golpes de Estado em Burkina Faso e na região do Sahel devem ser compreendidos como fenômenos híbridos: ao mesmo tempo em que refletem falhas internas de governança, também funcionam como instrumentos de reposicionamento internacional, redefinindo a autonomia e a legitimidade dos Estados africanos no sistema global. Os dilemas contemporâneos dos Estados do Sahel: a tensão entre soberania e dependência externa, entre

segurança e democracia, entre reformas estruturais e práticas autoritárias. O fortalecimento das instituições civis, o controle democrático das forças armadas, a mitigação das desigualdades sociais e o enfrentamento das insurgências jihadistas constituem desafios que só poderão ser superados mediante políticas de longo prazo, participação social efetiva e cooperação regional robusta. Enquanto esses elementos não forem plenamente integrados, a instabilidade permanecerá um traço persistente da dinâmica política burquinense e da própria região do Sahel.

## REFERÊNCIAS

- ACNUR. *Década de conflito no Sahel deixa 25 milhões de pessoas deslocadas*. 14 jan. 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/01/14/decada-de-conflito-no-sahel-deixa-25-milhoes-de-pessoas-deslocadas/>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- AFRICANEWS. *African Union reaffirms suspension of Burkina Faso, Mali, Guinea and Sudan*. 20 fev. 2023. Disponível em: <https://www.africanews.com/2023/02/20/african-union-reaffirms-suspension-of-burkina-faso-mali-guinea-and-sudan/>. Acesso em: 29 out. 2025.
- BARADEL, Gabriel de Araujo.** *Política externa e as mudanças governamentais no Burkina Faso: da independência até os golpes de 2022 (1960-2022)*. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BBC News. *Perfil de Burkina Faso - Linha do tempo*. Disponível em: [Burkina Faso profile - Timeline - BBC News](#). Acesso em: 20 de mar.2025.
- BBC NEWS BRASIL. *Golpes de Estado na África: panorama histórico*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cx2x0jj21djo>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- BICC – BONN INTERNATIONAL CENTER FOR CONVERSION. *Global Militarization Index 2022*. Disponível em: <https://gmi.bicc.de/#rank@2022>. Acesso em: 24 mar. 2025.
- BOLARINWA, Joshua O.** Ressurgimento de golpes militares em África: a União Africana e as organizações regionais podem defender e consolidar a democracia? *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 10-39, jul./dez. 2023
- CAMPOS, Tiago Soares. **Terrorismo**. *História do Mundo*, 2020. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/terrorismo.htm> Acesso em: 07 nov. 2025.
- CLARÍN DE COLOMBIA. *Acordos coloniais franco-africanos e dependência monetária*. Bogotá: Clarín, 2023.
- COUNTRYMETERS. *Burkina Faso*. Disponível em: [https://countrymeters.info/pt/Burkina\\_Faso](https://countrymeters.info/pt/Burkina_Faso). Acesso em: 20 jul. 2025.
- DADOS MUNDIAIS. *Burkina Faso*. Disponível em: <https://www.dadosmundiais.com/africa/burkina-faso/index.php>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- DAHL, Robert A.** *Poliarquia: participação e oposição*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Prefácio de Fernando Limongi. São Paulo: Edusp, 1997.
- DIÁLOGOS DO SUL. *De Burkina Faso ao continente: como Ibrahim Traoré impulsiona revolução na África*. Opera Mundi, 2025. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/de-burkina-faso-ao-continente-como-ibrahim-traore-impulsiona-revolucao-na-africa>. Acesso em: 08 ago. 2025.

DW. *Burkina Faso enfrenta novas incertezas após mais um golpe de Estado*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/burkina-faso-enfrenta-novas-incertezas-ap%C3%B3s-mais-um-golpe-de-estado/a-63306744>. Acesso em: 25 mar. 2025.

DW. *Burkina Faso, Mali e Níger anunciam saída da CEDEAO*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/burkina-faso-mali-e-níger-anunciam-saída-da-cedeao/a-681n07182>. Acesso em: 28 out. 2025.

DW. *Burkina Faso: governo denuncia tentativa fracassada de golpe*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/burkina-faso-governo-denuncia-tentativa-fracassada-de-golpe/a-66946016>. Acesso em: 22 set. 2025.

DW. *Burkina Faso: União Africana suspende atividades do país na organização*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/burkina-faso-união-africana-suspende-atividades-do-país-na-organização/a-60611766>. Acesso em: 30 out. 2025.

DW. *França promete apoiar CEDEAO para restaurar democracia na África Ocidental*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/frança-promete-apoiar-cedeao-para-restaurar-democracia-na-áfrica-ocidental/a-67301760>. Acesso em: 28 out. 2025.

DW. *Golpe no Burkina Faso: as pessoas estavam cansadas*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/golpe-no-burkina-faso-as-pessoas-estavam-cansadas/a-6054906>. Acesso em: 18 ago. 2025.

DW. *Quais as consequências da saída de membros da CEDEAO*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/quais-as-consequências-da-saída-de-membros-da-cedeao/a-68118477>. Acesso em: 31 out. 2025.

ECOWAS. *Burkina Faso, Mali and Niger's withdrawal from ECOWAS is now a reality*. 29 ago. 2025. Disponível em: <https://www.ecowas.int/burkina-faso-mali-and-nigers-withdrawal-from-ecowas-is-now-a-reality/>. Acesso em: 29 ago. 2025.

EGMONT INSTITUTE. *The cost of forgetting Africa in security strategy*. Disponível em: <https://www.egmontinstitute.be/the-cost-of-forgetting-africa-in-security-strategy/>. Acesso em: 06 nov. 2025.

EURONEWS. *França e União Europeia perdem terreno na África Ocidental*. 31 jan. 2025. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2025/01/31/franca-e-uniao-europeia-perdem-terreno-na-africa-ocidental>. Acesso em: 05 nov. 2025.

G1. *Burkina Faso sofre segundo golpe militar em oito meses*. 30 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/09/30/burkina-faso-sofre-segundo-golpe-militar-em-oito-meses.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2025.

G1. *Efeito dominó: como os militares tomam conta da África enquanto o Ocidente perde sua influência*. 02 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/09/02/efeito-domino-como-os-militares-tomam-conta-da-africa-enquanto-o-ocidente-perde-sua-influencia.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2025.

G1. *Golpe militar depõe Paul-Henri Damiba em Burkina Faso*. Rio de Janeiro: Globo, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 18 nov. 2025.

G1. **Número de mortes confirmadas em ataque em Burkina Faso sobe para 29**. Rio de Janeiro: Globo, 16 jan. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/numero-de-mortes-confirmadas-em-ataque-em-burkina-faso-sobe-para-29.html>. Acesso em: 18 nov. 2025.

G1. *Segundo golpe militar em Burkina Faso*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/burkina-faso-e-nomeada-a-crise-mais-negligenciada-do-mundo-novamente/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL DATA. *Fragile States Index*. Disponível em: <https://fragilestatesindex.org/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. *África Ocidental: crisis vs estabilidad política*. Porto Alegre: Palmarinca/CEBRAFRICA, 2018

GTI – GLOBAL TERRORISM INDEX. *Relatório sobre terrorismo na África Subsaariana*. Sydney: Institute for Economics & Peace, 2023.

HUMANITARIAN ACTION. *Global Humanitarian Overview 2025: Burkina Faso*. Disponível em: <https://humanitarianaction.info/document/global-humanitarian-overview-2025/article/burkina-faso-2>. Acesso em: 23 set. 2025.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Cambridge: Harvard University Press, 1957.

ISS AFRICA. *Burkina Faso: progress and problems after two years of transition*. Disponível em: <https://issafrica.org/iss-today/burkina-faso-progress-and-problems-after-two-years-of-transition>. Acesso em: 25 set. 2025.

JORNAL DO FUTURO. Rússia e Burkina Faso estreitam relações e ampliam cooperação econômica e militar. *Jornal do Futuro*, 2025. Disponível em: <https://jornalofuturo.com.br/artigo/GiyW6O-russia-e-burkina-faso-estreitam-relacoes-e-ampliam-cooperacao-economica-e-militar>. Acesso em: 20 nov. 2025.

LA OTRA ANDALUCÍA. *Los 11 acuerdos coloniales Francia-África: saqueo sistemático de África*. Disponível em: <https://laotraandalucia.org/los-11-acuerdos-coloniales-francia-africa-saqueo-sistematico-de-africa/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Tradução de Roberto Franco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LINZ, Juan. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NCHAMA, Enrique Jose Biyogo Sima. **Os golpes de Estado na África no século XXI: uma análise das causas e consequências**. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2024.

O'DONNELL, Guillermo. Transição democrática e políticas sociais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 9–16, out./dez. 1987.

OLIVEIRA, M. C. P.; HILLESHEIM, M. C. Análise de conteúdo: uma técnica de pesquisa qualitativa. *Revista Prisma*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 12–28, 2021.

ONU. *Chefe da ONU condena violência contra civis em Burkina Faso*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/70848-chefe-da-onu-condena-violencia-contr-civis-em-burkina-faso>. Acesso em: 30 out. 2025.

ORRELL, H. *Panorama dos golpes de Estado na região do Sahel*. Londres: BBC Research Papers, 2025.

POLITIZE!. *Golpes de Estado*. Disponível em: <https://www.politize.com.br/golpes-de-estado/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

POLITIZE!. *Golpes de Estado*. Disponível em: <https://www.politize.com.br/golpes-de-estado/>. Acesso em: 08 set. 2025.

PÚBLICO. *Golpe em Burkina Faso é condenado por organizações internacionais*. 26 jan. 2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/01/26/mundo/noticia/golpe-burkina-faso-condenado-organizacoes-internacionais-1993170>. Acesso em: 20 nov. 2025.

PUC MINAS CONJUNTURA. *Reconfiguração geopolítica no Sahel: deterioração da segurança e os limites da governança regional*. 11 jul. 2025. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2025/07/11/reconfiguracao-geopolitica-no-sahel-deterioracao-da-seguranca-e-os-limites-da-governanca-regional/>. Acesso em: 06 nov. 2025.

REUTERS. *Declarações militares sobre o golpe em Burkina Faso*. Londres: Reuters News Agency, 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com>. Acesso em: 18 nov. 2025.

RFI. *Após golpes militares, Burkina Faso, Mali e Níger se unem e criam Confederação dos Estados do Sahel*. 06 jul. 2024. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/áfrica/20240706-após-golpes-militares-burkina-faso-mali-e-níger-se-unem-e-criam-confederação-dos-estados-do-sahel>. Acesso em: 05 nov. 2025.

RIPLEY BELIEVES. *Religious beliefs in Burkina Faso*. Disponível em: <https://pt.ripleybelieves.com/religious-beliefs-in-burkina-faso-3066>. Acesso em: 20 ago. 2025.

**SCHÜTZ, Nathaly Silva Xavier; GONZÁLEZ, Hernán Olmedo.** Governo, Estado e guerras nacionais em África. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 113-137, jul./dez. 2023.

SOUSA, Wagner. *A sombra neocolonial francesa na África*. Jornal GGN, 2025. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/afrika/a-sombra-neocolonial-francesa-na-afrika-por-wagner-sousa/>. Acesso em: 08 ago. 2025.

STEPAN, Alfred. *Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

SUMA, Nando Paulo; CAOMIQUE, Policarpo Gomes. **Golpes em África: desfrancização e redemocratização no Sahel**. [S.l.: s.n.], 2024.

TRADING ECONOMICS. *Burkina Faso – Corruption Index*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/burkina-faso/corruption-index>. Acesso em: 25 ago. 2025.

UNHCR. *Burkina Faso country operations*. Disponível em: <https://www.unhcr.org/where-we-work/countries/burkina-faso>. Acesso em: 23 set. 2025.

UNIÃO AFRICANA. *Chairperson of the African Union Commission unequivocally condemns second takeover*. 30 set. 2022. Disponível em: <https://au.int/en/pressreleases/20220930/chairperson-african-union-commission-unequivocally-condemns-second-takeover>. Acesso em: 28 set. 2025.

UNIÃO AFRICANA. *Comunicado oficial*. Disponível em: <https://au.int/pt/node/42232>. Acesso em: 29 out. 2025.

UNIÃO AFRICANA. *Convenção da União Africana sobre a Proteção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África (Convenção de Kampala)*. Kampala, Uganda, 2009.

UNITED NATIONS NEWS. *UN condemns Burkina Faso coup attempt*. 14 out. 2022. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2022/10/1129117>. Acesso em: 23 set. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Burkina Faso: do golpe militar ao deslocamento interno*. Petrel, 2025. Disponível em: <http://petrel.unb.br/destaques/158-burkina-faso-do-golpe-militar-ao-deslocamento-interno>. Acesso em: 25 mar. 2025.

VARIETIES OF DEMOCRACY (V-DEM). *Relatório sobre liberdade religiosa e repressão política em Burkina Faso*. Gotemburgo: University of Gothenburg, 2025.

VATICAN NEWS. *Níger, Mali e Burkina Faso estabelecem nova aliança do Sahel*. 07 jul. 2024. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/mundo/news/2024-07/niger-mali-e-burkina-faso-estabelecem-nova-alianca-do-sahel.html>. Acesso em: 05 nov. 2025.

VEJA. *Quem é o soldado por trás do golpe militar em Burkina Faso*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/quem-e-o-soldado-por-tras-do-golpe-militar-em-burkina-faso>. Acesso em: 08 ago. 2025.

**VISENTINI, Paulo Fagundes.** *Guia da política externa dos Estados Africanos*. Porto Alegre: Editora Palmarinca, 2018.

VOA NEWS. *African Coups*. Disponível em: <https://projects.voanews.com/african-coups/>. Acesso em: 08 set. 2025.

WORLD BANK. *Burkina Faso economic update 2024: maintaining reform momentum on social assistance*. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/burkina-faso-economic-update-2024>. Acesso em: 23 set. 2025.

WORLDMETERS. *Burkina Faso – população*. Disponível em: <https://www.worldometers.info/pt/populacao-mundial/burkina-faso-populacao/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

**XAVIER, J. G. A. da S.; ZAHREDDINE, D.** Entre a autonomia, a dependência e o neocolonialismo: a zona do franco CFA e os seus efeitos políticos e econômicos para a noção de soberania monetária na África Francófona. *Oikos: Revista de Economia Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 72–91, out. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/61014>. Acesso em: 02 de Nov de 2025.